



**ATA N.º 4/2015**

Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e quinze, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural, pelas 14,00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

**PONTO 3 – ACOMPANHAMENTO SEMESTRAL DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO. INFORMAÇÃO Nº44/DGF/2015. Para conhecimento.**

**PONTO 4 – PAEL – PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL – PONTO 1 – INFORMAÇÃO DAS ATIVIDADES DA CIM ALTO TÂMEGA;**

**PONTO 2 – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL;**

**MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO - 2º TRIMESTRE DE 2015. INFORMAÇÃO Nº45/DGF/2015. Para conhecimento;**

**PONTO 5 – LEI Nº8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA, NO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2014. INFORMAÇÃO Nº28/SC/2015. Para conhecimento.**

**PONTO 6 – AUDITOR EXTERNO/EMIÇÃO DE RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO. INFORMAÇÃO Nº52/DGF/2015. Para conhecimento.**

**PONTO 7 – FIXAÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL DE “DERRAMA” REFERENTE A 2015 E A COBRAR EM 2016. PROPOSTA Nº 98/GAP/2015;**

**PONTO 8 – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS/ DEFINIÇÃO DA TAXA DE IRS A FIXAR PARA 2016. PROPOSTA 96/GAP/2015;**

**PONTO 9 – DEFINIÇÃO DA TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS A LIQUIDAR NO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2016. PROPOSTA Nº 95/GAP/2015;**

**PONTO 10 – PROPOSTA DO REGULAMENTO CARTÃO MUNICIPAL FAMÍLIAS NUMEROSAS. PROPOSTA N.º 106/GAP/2015;**

**PONTO 11 - CONCESSÃO DE REGALIAS SOCIAIS AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO MUNICÍPIO CHAVES. PROPOSTA Nº 101/GAP/2015;**

**PONTO 12 – PROPOSTAS:(I)ALTERAÇÃO DA DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO HISTÓRICO DE CHAVES, APROVADA POR DELIBERAÇÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL EM REUNIÃO DE 21 DE JANEIRO DE 2013, SANCIONADA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 27 DE FEVEREIRO DE 2013;**



**PONTO 13 – REVISÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO. PROPOSTA N.º 99/GAP/2015;**

**PONTO 14 – REVISÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DO MUNICÍPIO DE CHAVES. PROPOSTA N.º 102/GAP/2015;**

**PONTO 15 – ABERTURA DE PROCEDIMENTO E APROVAÇÃO DO PROGRAMA DE CONCURSO E CADERNO DE ENCARGOS DO AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES, PARA CONSULTA DE FORNECEDORES NO ÂMBITO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICAS ÀS INSTALAÇÕES DO MUNICÍPIO (EDIFÍCIOS E ILUMINAÇÃO PÚBLICA);**

**PONTO 16 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS E ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS. ARTIGO 75º DA LEI 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO. - RECOLHA DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS. INFORMAÇÃO Nº175/DAR/2015;**

**PONTO 17 – CONCURSO PÚBLICO PARA CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE DESTINADO À CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO, INSTALAÇÃO, EXPLORAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UM "CENTRO HÍPICO", NA QUINTA DO REBENTÃO, VILA NOVA DE VEIGA, FREGUESIA DE S. PEDRO DE AGOSTÉM, NO CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA Nº 107/GAP/2015;**

**PONTO 18 – CONCURSO PÚBLICO PARA CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE DESTINADO À CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO, INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE UM "PARQUE AVENTURA", NA QUINTA DO REBENTÃO, VILA NOVA DE VEIGA, FREGUESIA DE S. PEDRO DE AGOSTÉM, NO CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA Nº 104/GAP/2015;**

**PONTO 19 – GESTÃO E VALORIZAÇÃO DE ÓLEOS ALIMENTARES USADOS (OAU). INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 19/DAF/AMB/2015;**

**PONTO 20 – CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS DEVIDAS PELO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÃO ATUALIZADA SOBRE A REDE RODOVIÁRIA DO CONCELHO DE CHAVES – INSTITUTO DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES, I.P. – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. DE 01.09.2015;**

***Estiveram presentes 78 membros da Assembleia Municipal.***

Suspenderam o mandato para esta sessão os Senhores deputados:

*Francisco José Gonçalves Oliveira*

*António Manuel Pires de Almeida*

*Maria Helena Barreira Silva Ribeiro*

*José António Trindade Mendes*

*Ernesto Salgado Areais*

*Francisco José T. Lopes Silva Preto*



*João Augusto Madureira Pereira*  
*Emília Lurdes Sousa Martins Nogueira*

*Faltou:*

*Manuel Guerra Afonso*

**O Senhor Presidente da Mesa** cumprimentou os presentes e fez referência à informação resultante de uma reunião havida entre os Presidentes dos Grupos Municipais, relacionada com a recolha e difusão de imagens no período em que decorrem os trabalhos das sessões da Assembleia Municipal e enviada a todos os seus membros.

Em seguida propôs à Assembleia Municipal a alteração da ordem dos trabalhos, para que o Ponto 1 da agenda – Informação das Atividades da CIM Alto Tâmega - fosse apresentado no início dos trabalhos. A Assembleia aceitou e foi pedido ao Primeiro Secretário da CIM, Dr. João Batista que fizesse a apresentação, o que fez de seguida.

“Em nome da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, e de acordo com os preceitos legais aplicáveis, apresento um resumo das principais atividades desta Entidade.

Num primeiro momento, as ações mais relevantes; posteriormente, informações complementares.

1. Nos dois primeiros meses deste ano, apresentamos, defendemos e prestamos todas as informações solicitadas pelos diversos organismos envolvidos na avaliação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT), com destaque para a CCDRN e Agência Nacional para o Desenvolvimento e Coesão.

Este documento de referência (que como tal deve ser visto e analisado, estando aberto aos ajustes necessários que se venham a tornar pertinentes no longo período previsto para a sua implementação) foi, no tempo, o primeiro grande desafio da nossa Comunidade.

Desde logo, reforçando, efetivamente, os laços de confiança entre os principais parceiros no território, reforço sustentado em perspetivas políticas de coesão territorial, afirmando a Região com identidade forte e capaz de competir.

Mas também, mobilizando os agentes económicos, sociais, culturais e institucionais do Alto Tâmega numa participação ativa. A elaboração deste documento estratégico constitui-se elemento determinante na afirmação política e institucional da CIM-AT.

A amplitude deste desafio manifesta-se, desde logo, pela tentativa de consubstanciar num documento as legítimas aspirações dos cidadãos do Alto Tâmega, que tem feito esforços significativos para melhorar as suas condições de vida, valorizando o território, mas ainda sem o reflexo desejável na sociedade e na economia.

Esta realidade provoca-nos. Tanto mais que todos sabemos que “a porta do desenvolvimento abre por dentro”. É imperioso gerar valor pelos recursos naturais, valorizar a natureza, o património e as estruturas existentes, promover o dinamismo económico de forma a criar riqueza e emprego, procurando fixar a população, construindo uma sociedade inclusiva.

O documento está disponível no site da CIM-AT e foi distribuído aos membros da Assembleia Intermunicipal, sendo ainda divulgado da forma que os Senhores Presidentes de Câmara muito bem entenderem.



Os indicadores disponíveis e evidenciados apontam as fragilidades que todos conhecemos: esvaziamento e envelhecimento demográfico, despovoamento rural, lógica predominantemente extrativa nos setores e atividades dominantes, economia muito dependente das atividades tradicionais (pouco organizada e sem dimensão crítica) bacias de emprego muito reduzidas e mão-de-obra pouco qualificada, do que resulta fraca capacidade de iniciativa.

Em contraponto, temos uma taxa de desemprego menor que a média nacional, e uma balança comercial positiva (graça à indústria extrativa).

As indústrias extrativas, o Turismo (Termalismo, Bem Estar, Turismo de Natureza e em Espaço Rural) e o Setor primário são áreas chave na região.

Acrescenta-se a capacidade de produção de Energia (hoje 15% da Região Norte, com tendência para aumentar), a Biodiversidade e a riqueza patrimonial.

*O Posicionamento Estratégico do AT assenta:*

- Na valorização dos fatores de competitividade (recursos diferenciadores);
- No aproveitamento da localização (Norte/Galiza; Litoral/Interior);
- No alinhamento das estratégias a nível Regional, Nacional e Europeu.

O documento enumera 5 eixos estratégicos, 15 objetivos e 80 medidas no horizonte temporal de uma década, com indicadores e metas de resultados.

Por exemplo:

- . Criar 1200 postos de trabalho nos próximos 10 anos;
- . Aumentar o volume de negócios ½% ao ano;
- . Reforçar o poder de compra 1% ao ano;
- . Incrementar o número de visitantes ½% ao ano;
- . Criar polos de excelência rural;
- . Duplicar percursos pedonais, equestres e ciclovias;
- Direcionar o Ensino Profissional, aumentando a frequência 5 a 10%...

Indicadores e metas que estão devidamente diferenciadas e especificadas nas ações aprovadas no Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial, assinado em 5 de agosto passado, que passamos agora a apresentar.

2. Nos termos do Acordo de Parceria de Portugal com a União Europeia, as Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial “vão para o terreno” através de Investimentos Territoriais Integrados e do Desenvolvimento Local de Base Comunitária. No primeiro caso da responsabilidade das CIM (diretamente ou em parceria) e no segundo da responsabilidade dos GAL (ADRAT).

O aviso de Candidatura dos Pactos abriu a possibilidade de os Municípios se mobilizarem para investimentos conjuntos em 14 prioridades estratégicas, sendo que, se o fizessem, não poderiam candidatar-se individualmente no âmbito dessas mesmas prioridades. No caso do Norte, as prioridades eram só 13.

À partida, 4 dessas prioridades eram de mobilização obrigatória por esta via (Eficiência Energética, Proteção Civil, Infraestruturas e Equipamentos Sociais de iniciativa Municipal e Infraestruturas em Educação Pré-escolar e Ensino Básico).

A CIM-AT assinou o Pacto, com investimento previsto em 11 prioridades. A diferença entre as 11 mobilizadas e as 13 possíveis traduz-se no abdicar de uma (6.1- com dotação nacional de 500.000€!) e associar duas em uma (Proteção Civil).

Com a assinatura do Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial, ficam disponíveis para o AT cerca de 54 milhões de euros.



O grande desafio é aplicá-los bem e de forma (re) produtiva.

Para além das 4 prioridades já referidas, figuram no Pacto a Modernização Administrativa, os Regadios Tradicionais, o Apoio ao Empreendedorismo (individual e empresarial - duas prioridades), os Contratos de Emprego Inserção (para atividades socialmente úteis), o Apoio a Idosos e a Promoção do Sucesso Escolar.

Os montantes serão aplicados nos diversos Municípios de acordo com fórmula (s) de distribuição já acordadas.

3. A CIM tem até ao fim deste ano para apresentar, obrigatoriamente, o PAMUS (Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável), que terá articulação com o PEDU (Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano) de Chaves e com as ARU (Áreas de Reabilitação Urbana) dos restantes Municípios da Comunidade.

Versa este Plano o Transporte de Pessoas e Bens com mais eficiência, mais inclusão e menor poluição.

4. A CIM-AT candidatou-se também ao concurso aberto a nível Nacional para Serviços Partilhados, tendo as propostas do AT sido todas selecionadas, estando já assinado o Contrato para a Articulação dos Serviços de Proteção Civil. As restantes propostas dizem respeito ao Turismo, ao SIG e à Formação.

5. Na sequência da elaboração do Plano de Empreendedorismo para o AT (promovido pela CIM e gerido pela ADRAT), está em pleno funcionamento a plataforma AT Empreende.

### *Informações Complementares*

a) Relacionamento Interinstitucional – Interno, de que já falamos, entre Municípios, ADRAT, ACISAT, IEF, IPSS, Estabelecimentos de Educação, Associações, Coletividades e Entidades Locais, com grande esforço e progresso, em que os Municípios e os seus Presidentes têm tido um papel fundamental e determinante.

Mas também externo: Com a CCDRN, Agência Nacional para o Desenvolvimento e Coesão, ANMP, Outras CIM (Douro, TT Montes, Cávado), bem como com os gestores dos PO Nacionais e PDR.

b) Novos FEEI – Abordagem 2020: focalização no Social e na Economia, assim como nos Resultados.

c) Encerramento do ON2 – Candidaturas da CIM e dos Municípios. Neste caso a CIM assumiu apresentar os Relatórios de Execução Final que permite às Câmaras Municipais receber os 5% retidos nas obras realizadas no âmbito do referido financiamento.

d) Levamos a efeito, até ao momento, durante 2015, 6 ações de formação para trabalhadores dos Municípios do AT:

- A Revisão do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação;
- Fiscalização no Âmbito do RJUE;
- Consolidação de Contas na Administração Local;
- Lei do Trabalho em Funções Públicas;
- O Novo Código do Procedimento Administrativo;
- Elaboração dos Documentos Previsionais para 2016 no âmbito do Regime Financeiro das Autarquias Locais e LOE 2015.

e) Estamos a trabalhar na apresentação do plano de Candidaturas ao PROVERE, bem como aos Programas Transfronteiriços, trabalho que decorrerá de forma intensiva até ao fim de 2015.



Uma nota final para registar que se manifesta a vontade dos Municípios, através dos seus legítimos representantes, em sedimentar, de forma progressiva e sólida, o espírito de Comunidade no Território do Alto Tâmega”.

**O Senhor Presidente** deu conhecimento da entrada na Mesa de uma “Moção” apresentada pelo Grupo Municipal da CDU e lida pelo *Senhor deputado Manuel Justino Matos Cunha*, que se transcreve:

**“Moção sobre refugiados e imigrantes na Europa”**

“Face à dimensão do drama humano dos refugiados e dos imigrantes oriundos de várias regiões do continente africano e da Ásia, a Assembleia Municipal de Chaves:

1. Realça que estes milhares de seres humanos, novos e velhos, com mais ou menos qualificações, de África ou da Ásia, fogem à guerra, à morte, à miséria. Com coragem trazem suas mulheres grávidas, suas crianças e seus idosos, ao colo, às costas ou pela mão. Expor a estes riscos os mais frágeis, evidência a seriedade da tragédia a que fogem. Outros milhões de refugiados com menos oportunidades ficaram retidos em campos da Turquia, no Líbano e noutros países da região. O seu inaliável direito à vida e à dignidade é um princípio basililar consagrado na Carta das Nações Unidas.
2. Sublinha que esta dura realidade é uma dolorosa demonstração do caráter desumano, explorador e agressivo do sistema dominante que cria desestabilização em vários pontos do globo, sustenta guerras e desenvolve políticas económicas de domínio e de saque dos recursos naturais.
3. Considera que o Estado Português deve, por razões humanitárias e por obrigação constitucional, tomar as medidas para dar o devido acolhimento a refugiados e imigrantes numa expressão da solidariedade do Estado Português. Um acolhimento que permita a integração plena, no plano social, económico, laboral, dos direitos à saúde e à educação.
4. Deplora a forma como a União Europeia reage a esta realidade, identificando no direito à sobrevivência de milhões de seres humanos uma ameaça, abrindo campo ao racismo e à xenofobia e às ações criminosas de grupos de extrema-direita. Reafirma que não é com novas intervenções militares das potências ocidentais que se resolve este problema.
5. Considera que a resposta necessária a esta situação passa, obrigatoriamente, pelo respeito dos direitos humanos, incluindo direitos sociais e laborais, pelo direito dos povos ao desenvolvimento e sua autonomia. É necessário combater as causas da imigração em massa – ou seja o fim das políticas de guerra e de ingerência, o fim das políticas neocoloniais de exploração desses povos e países. O decidido combate á pobreza e a defesa da solidariedade e cooperação para o desenvolvimento desses países.
6. Recomenda à Câmara Municipal de Chaves que, no quadro de um plano de responsabilidade do Estado central, se envolva no esforço de integração dessas vítimas, honrando as tradições de solidariedade e de humanismo dos transmontanos.

A Assembleia autorizou a entrada da “Moção”

Usaram da palavra os seguintes deputados:

**Luis Dias de Carvalho** do PSD disse que esta “Moção” não é oportuna porque, desde o primeiro momento em que se colocou este drama humanitário, todos os



portugueses sentem esse drama nas imagens que entram nas suas casas diariamente. Tínhamos conhecimento dessas tragédias através de documentação histórica, mas jamais desta forma.

Penso que dentro desta Assembleia não deve haver ninguém que não concorde que devemos ser hospitaleiros e humanitários. Mas importa relembrar que o conflito na Síria tem o apoio da Rússia e eu pergunto quantos refugiados é que a Rússia irá acolher? Ainda não vi nenhuma manifestação de vontade em receber esses migrantes.

**Anselmo José Martins** do **PS** depois de cumprimentar os presentes disse concordar, pessoalmente, com a “Moção” apresentada pela CDU, porque está carregada de humanismo e temos de estar sempre abertos à resolução dos problemas das pessoas.

As grandes potências económicas são imensamente responsáveis por este drama humanitário e devem ser, principalmente essas, que têm de arcar com as consequências do drama que criaram. E não é só ao nível da receção das pessoas, porque não é recebendo as pessoas, com caridade, que se vai resolver o seu problema. A solução para o problema destas pessoas tem de ser resolvido a montante e não a jusante. A jusante só vamos minorar um problema que é grave. O problema tem de ser resolvido onde foi criado de forma a reter essas migrações e passar a dar-se o fenómeno inverso, com o regresso dessa gente às suas terras e às suas famílias.

**José Pimentel Sarmento** do **PSD** cumprimentou os presentes e disse concordar com as intervenções dos Senhores deputados que o antecederam.

“O Partido Comunista é muito ágil e muito oportuno a denunciar situações destas mas eu nunca vi os seus dirigentes preocuparem-se com um milhão de portugueses quando após o “25 de Abril” regressaram das ex-colónias sem nada, absolutamente nada, numa descolonização provocada pela pressão do Partido Comunista. Fomos nós os portugueses, sem qualquer ajuda externa, que os recebemos e os integramos. Gostaria de ver a China, a Rússia, a Coreia do Norte e outros países de expressão comunista preocupados com essa situação. Mas isso não acontece. O Senhor deputado Manuel Cunha ataca os países ocidentais que ao longo da história têm aberto as portas à emigração e têm recebido todos aqueles que vêm à procura de trabalho, segurança e liberdade. No entanto a Rússia, da qual o Partido Comunista Português é satélite dos seus pensamentos e da sua ideologia comunista, até hoje, não manifestou qualquer intenção de apoiar este drama, mais condenável ainda pelo facto de ser a própria Rússia a fornecer armamento ao governo ditador da Síria, causador deste drama humano de tão grandes dimensões e consequências imprevisíveis.”

**Brigite Raquel Bazenga Vieira T. Gonçalves** do **PS** cumprimentou os presentes e disse que pessoalmente e também como ativista dos direitos humanos, não acredita que esta seja uma “Moção” cujos pressupostos tenham a concordância generalizada da população.

“Tenho sentido manifestações de racismo e de xenofobia da parte de muitas pessoas que até considerava insuspeitas. O drama dos refugiados tem sido confundido com a pobreza endémica e com a situação dos sem-abrigo, como se cuidar de uma coisa nos impedisse de cuidar da outra. Tem-se confundido os refugiados com os



terroristas do estado islâmico, como se os que vêm naqueles barcos sejam os terroristas. Em meu entender tem sido feita alguma confusão quanto às responsabilidades do ocidente; as responsabilidades do mundo ocidental são muitas e não se reduzem às grandes potências porque também houve pequenas potências e pequenos homens com responsabilidades nesta matéria. Penso que todos aqui se recordaram de uma famosa fotografia e de uma conferência ocorrida na base das Lages, cujo protagonista foi um ex-primeiro ministro português – Durão Barroso – e, certamente, ninguém arriscará a dizer, com um mínimo de verdade histórica e honestidade intelectual, que a guerra que se fez no Iraque não tem nada a ver com isto. Tem tudo a ver com isto. As responsabilidades do ocidente são muitas; são dos responsáveis políticos e dos cidadãos que sufragaram estes responsáveis políticos.

Não se diga também que o governo e o estado português estão, desde o primeiro momento, imbuídos deste espírito solidário porque não é verdade. O Senhor Primeiro Ministro tem vindo paulatinamente a dar pequenos passos.

No meu entender a “Moção” apresentada peca apenas por não apelar mais à vinculação de algumas entidades face àquilo que entendo que devia ser feito. A comoção não basta nem transporta as pessoas da televisão para o nosso concelho e era isso que eu gostava que acontecesse. Chamem-lhe demagogia ou não, mas o certo é que a Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás-os-Montes já reuniu, tem uma estratégia definida, tem uma posição tomada quanto aos refugiados e quer recebê-los na sua região. Mais que não seja, pelo caráter humanitário e até por uma questão de egoísmo. Muitos refugiados são pessoas com formação superior, médicos e outros, que fazem falta; são jovens e crianças que não temos na região. O apelo que deixo é que a Câmara, a Santa Casa da Misericórdia e IPSS contatem a PAR, a Amnistia Internacional e se passe à ação. Não é a tacanhez transmontana que nos impede porque há transmontanos que já o fizeram.

**Manuel Justino Matos Cunha da CDU** disse que há pequenas correções históricas que os Senhores deputados Luis Carvalho e José Pimentel Sarmento não entenderam. O Senhor Primeiro Ministro Russo ideologicamente não tem nada a ver com o Partido Comunista.

O partido Comunista na Rússia saiu do poder há 25 anos e hoje está quase na clandestinidade. Os Senhores deputados têm todo o direito de não gostarem do senhor Putin e do regime Russo; eu também não gosto. Mais do que vocês, detesto os pressupostos ideológicos do Senhor Putin e da Rússia. Mas ficaria de mal com a minha consciência se não viesse aqui precisar. O regime Russo pode ser nacionalista, antiamericano, mas não tem nada que ver com o Partido Comunista de há 25 anos atrás.

No artigo que publiquei no jornal dei o exemplo da capacidade gigante que Portugal teve de reabsorver o que na altura se designou por retornados e referi a riqueza que eles trouxeram com eles.

Comparar o retorno de pessoas que tinham saído do seu país, ainda que com prejuízos económicos significativos, com traumas psíquicos que nós respeitamos imenso, com a tragédia dos refugiados, no meu entender não é a mesma coisa, com todo o respeito pelo sofrimento que os retornados tiveram. Mas nós recebemos um milhão. A França no fim da guerra civil espanhola recebeu quinhentos mil refugiados espanhóis e agora está a discutir muito para ver se recebe quatro mil. A Espanha que





há sessenta anos atrás enviou quinhentos mil refugiados para França, onde foram recebidos e tratados agora põe entraves a quatro mil.

A União Europeia e os seus diversos países têm tomado posições diferentes mas é verdade que a pressão das opiniões públicas tem sido importante para o concretizar de políticas humanitárias. É esse o sentido da intervenção desta “Moção”. É ser mais um componente de pressão para que a União Europeia e os estados percebam que têm uma obrigação humanista.

O PCP tem a posição de não aceitar que a União Europeia imponha quotas a Portugal mas queremos que Portugal receba muita gente, por um princípio de soberania nacional. Eu não entrei por esse caminho porque quando se quer convergência de posições não se vai por esse caminho.

Nenhum de nós se preocupou muito quando a Turquia recebeu um milhão e meio de refugiados e agora temos dificuldade em aceitar quatro mil. São pessoas que nos merecem todo o respeito porque o seu sofrimento é gigante e não nos deve retirar a obrigação de ajudar também os que não podem fugir e ficam na síria. As ajudas individuais são todas bem-vindas mas o que eu estou a focar na “Moção” são as políticas da União Europeia e dos Estados.

*Posta á votação a “Moção” foi aprovada com 71 votos a favor, 3 abstenções e 1 voto contra.*

Entrou-se no **Período Antes da Ordem do Dia**

Usaram da palavra os seguintes deputados:

**Anselmo José Martins do PS** – disse ter feito tratamentos nas Caldas de Chaves recentemente e verificou que as pessoas de Chaves não são grandes consumidores dos tratamentos que ali se podem usufruir, o que é lamentável.

Ouvi algumas críticas, nomeadamente do número insuficiente de vestiários e entendo que os responsáveis devem auscultar os utentes e ouvir as suas queixas para corrigir o que estiver menos bem.

Não entendi o funcionamento das unidades de inalações, onde fiz tratamentos e gostaria de saber porque é que tem de se mudar de unidade ao longo das etapas dos tratamentos.

Reconheço e agradeço a todos os colaboradores das Caldas de Chaves o seu brio profissional, o seu empenhamento e a sua simpatia.

**Manuel Justino Matos Cunha da CDU** – disse que viu o programa de campanha do PSD, a nível distrital, para as eleições legislativas de 4 de outubro e que o mesmo não aponta qualquer novidade em termos de saúde, para o Hospital de Chaves. Não reflete nada do que se passou, não aponta dificuldades concretas e crescentes, nem se compromete com nada, o que não é bom para as perspetivas da nossa unidade hospitalar. Apenas refere generalidades.

O projeto de candidatura da CDU às eleições legislativas tem compromissos com a Região e com o Hospital de Chaves.

No projeto do Partido Socialista, específico para a Região, também não vi nada de importante sobre o nosso Hospital.

O facto é que Unidade Hospitalar de Chaves se vai degradando. Começo a estar cansado de anúncios que nunca se concretizam. Foi dito que vinham dois pediatras e não vieram, que vinha um milhão de euros para a qualificação do bloco operatório e ficou em Vila Real. Agora fala-se que vem um milhão de euros para o bloco



operatório ou para requalificação do serviço de urgência. O certo é que a degradação do hospital continua em todos os parâmetros e não é por estratégia do Centro Hospitalar mas sim pelo estrangulamento financeiro feito pelo governo às instituições públicas de saúde em Portugal. O essencial da degradação do Hospital de Chaves não depende do Conselho de Administração do Centro Hospitalar, embora haja coisas que podiam ser feitas de outra forma.

A questão essencial na saúde em Portugal é o estrangulamento de recursos humanos. A título de exemplo, o serviço de oncologia de Vila Real teve seis camas de internamento fechadas durante mais de um mês, por falta de enfermeiros. As notícias anunciaram a vinda de enfermeiros para o Centro Hospitalar mas desde a abertura do concurso até à colocação de enfermeiros passaram mais de seis meses. Com isto quero dizer que não é só no Hospital de Chaves que os serviços de prestação de cuidados de saúde estão degradados. A degradação do Serviço Nacional de Saúde é um fenómeno nacional e não local e eu pergunto ao Senhor Presidente da Câmara se quando esteve cá o Senhor Primeiro Ministro deixou alguma novidade sobre o Hospital de Chaves.

**Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues** do **PS** – cumprimentou os presentes e em seguida referiu a abertura dos cursos de especialização tecnológica no Concelho de Chaves.

O Senhor Presidente da Câmara informou esta Assembleia que seriam abertos cinco cursos com a média de trinta alunos cada e eu gostaria de saber, como é que está, em termos de eficácia, a colocação de alunos nesses cursos em Chaves.

Gostaria de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara o que se passa com o rio Tâmega. No parque da Lama da Bouça sito na junção da Ribeira de Oura com o Rio Tâmega a água é clara, límpida; a poucos quilómetros de distância – em Chaves – a água está completamente diferente.

Vi no Portal base.pt a aquisição de um livro sobre as muralhas seiscentistas de Chaves. Sei que foi feito concurso, foi paga a obra, mas ainda não foi editado nem divulgado e gostaria de saber o que aconteceu.

Terminou chamando a atenção para o facto de haver funcionários da autarquia que durante o horário de trabalho estão a “atualizar as redes sociais do PSD local”

**Nuno Vaz Ribeiro** do **PS** – cumprimentou os presentes e disse que decorreram quatro anos e em sua opinião a saúde não se qualificou, mas degradou-se.

Hoje a saúde no distrito e no concelho, em termos assistenciais, tem menor qualidade do que tinha há quatro anos atrás. Também na justiça estamos hoje pior do que estávamos há quatro anos; constata-se que nenhuns dos objetivos que estavam na base da reforma do mapa judiciário foram concretizados.

Em nosso entender um dos entraves ao desenvolvimento regional são as acessibilidades e pensamos que durante este tempo pudesse ser feita alguma correção no que respeita à redução do valor das portagens numa das autoestradas mais caras do país – a A24 - mas isso não aconteceu.

Com o novo Quadro Comunitário – Portugal 2020 – pensávamos que seria uma oportunidade para que os Municípios, as empresas, os cidadãos, as coletividades, a área social, pudessem ter alguma alavancagem mas ainda não vi respostas concretas no terreno. Nestas quatro grandes áreas, essências para o desenvolvimento regional e local, percebemos que não houve nenhuma evolução.



Lamento não ter ouvido de nenhum dos líderes partidários, incluindo o do meu partido, promessas muito concretas relativamente à saúde. Fala-se de requalificação, de dignificação, mas propostas concretas relativamente à área assistencial não ouvi nada.

Relativamente à justiça penso que o Partido Socialista terá uma palavra diferente e estará disponível no sentido de poder haver outro tipo de visão, a nível nacional, com a eventual criação de um tribunal ao nível da área de influência da CIM.

Relativamente aos fundos comunitários não ouvi nada de muito substantivo ou relevante que pudesse ser uma esperança, com confiança, para o futuro.

Nas acessibilidades temos apenas algumas meras intenções. Em resumo: a nível da política nacional se nos últimos quatro anos ficámos mal, penso que as perspetivas para os próximos quatro anos, independentemente dos resultados eleitorais, não são melhores.

A nível local gostaríamos de saber para quando se prevê a abertura do Balneário Termal de Vidago; quais são os constrangimentos e as dificuldades que dificultam a sua abertura, uma vez que a obra já se encontra concluída desde julho.

Gostaríamos de saber quais os custos correntes e de capital com o funcionamento do Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso e para quando está prevista a sua abertura.

Tem-nos chegado algumas reclamações/críticas sobre alguns parques infantis do Concelho. Há freguesias urbanas, nomeadamente Santa Cruz, em que não estarão em condições de ser usados.

Chegou ao meu conhecimento que os sanitários do recinto da feira, (atrás do estádio) estão completamente degradadas e vandalizadas. Também me dizem que as ruas Inácio Pizarro e Antunes Guerreiro, que ligam a Avenida do Tâmega ao Centro Escolar estão intransitáveis.

**Brigite Raquel Bazenga V. T. Gonçalves** do **PS** – usou da palavra para colocar duas questões ao senhor Presidente da Câmara.

A primeira tem a ver com o regime jurídico de estacionamento e permanência de auto caravanas e caravanas junto ao rio Tâmega. Eu sou caravanista e adepta desta forma de passear e penso que é um tipo de turismo que Chaves devia abraçar, com critério e com rigor. Há várias cidades e vilas do país que criaram condições específicas para este tipo de veículos.

Tenho ouvido algumas críticas relativamente ao estacionamento destes veículos junto da Ponto Romana, mas o Parque de Campismo, além de ser distante da cidade, também não me parece uma solução bastante.

A segunda tem a ver com o Museu das Termas Romanas e pergunto ao Senhor Presidente para quando está prevista a conclusão das obras e a sua abertura ao público. Pergunto ainda se as placas que foram colocadas recentemente na fachada exterior do Museu, são para ficar. No meu entender são feias e exageradas.

**O Senhor Presidente da Câmara**, depois de cumprimentar os presentes, respondeu às questões colocadas pelos Senhores deputados.

Registo as chamadas de atenção feitas pelo Senhor deputado Anselmo José Martins sobre as Termas de Chaves. A falta de vestiários só será sentida nos picos de afluência. Normalmente os vestiários são suficientes e não seria rentável ter muitos mais para a maior parte do tempo estarem desaproveitados. Registamos a crítica e



vamos ponderar a possibilidade de aumentar o seu número. O Balneário tem livro de reclamações onde se devem registar as críticas e as falhas que encontrem. Só dessa forma poderemos corrigir.

A diferença nos tratamentos de inalações, com utilização de aparelhos diferentes, tem a ver com a pressão. Há uns que tem mais pressão do que outros e há também aqueles que são indicados para crianças.

Aproveito para informar que neste momento, em termos de utentes, temos mais mil duzentos e trinta, relativamente ao período homólogo de 2013, cuja época termal abriu em fevereiro. É certo que os flavienses não são grandes consumidores das Caldas de Chaves mas creio que isso está a mudar. Abrimos a época balnear com uma campanha de descontos nos tratamentos e a maioria dos utentes que nos procurou são flavienses. É possível que em breve seja feita nova campanha e isso, certamente, será mais um incentivo para os cidadãos flavienses poderem usufruir das nossas Termas.

Não vou fazer qualquer alusão às considerações feitas pelo Senhor deputado Manuel Cunha sobre as eleições legislativas que se aproximam.

É verdade que oportunamente afirmei, nesta Assembleia Municipal, que o Hospital seria reforçado com dois pediatras e dois médicos de clínica geral, na urgência. A minha afirmação teve como base a informação que me foi prestada pelo Conselho de Administração que me garantiu que isso iria acontecer. Suponho que o Conselho de Administração nunca teve vontade de cumprir essa promessa e isso é da sua responsabilidade.

O Senhor deputado Nuno Artur Rodrigues perguntou sobre a abertura de cursos Técnico Superior em Chaves. Tenho informação que amanhã vai haver uma reunião entre os Agrupamentos de Escolas, a Escola de Enfermagem e a Direção da Escola Profissional para programar a abertura do ano letivo. Segundo informação do Presidente do IPB, três dos cinco cursos já tem abertura garantida. Vão abrir os cursos de Energias Renováveis e Instalações Elétricas, Técnico de Vendas e Marketing e Informática. Está dependente do número de inscrições o curso de Desenvolvimento Social e Comunitário. Contrariamente ao que era espetável, o Curso de Tecnologia Alimentar, não teve inscrições na primeira fase, e a segunda fase termina hoje.

A questão do Rio Tâmega é tão só a falta de água. Não chove e a pouca água que corre é em grande parte desviada para o sistema de regadio da Veiga de Chaves, libertando apenas um caudal ecológico que não é suficiente para manter o leito do rio com água límpida. Mas esta situação do Rio Tâmega é recorrente. Desde que os invernos deixaram de trazer neves e chuvas abundantes, o rio transformou-se totalmente e todos nos recordamos de ver há alguns anos atrás, animais a pastar no seu leite, em pleno verão.

A falta de água faz com que proliferem microalgas que dão o aspeto esverdeado à água do rio e, no limite, podem provocar a sua eutrofização que pode levar à morte dos peixes. Para evitar que isso aconteça a Câmara Municipal está a abrir os açudes todas as segundas feiras, voltando a fechá-los na terça-feira para voltar a garantir o nível de água que permita a realização dos concursos de pesca ao fim de semana. Como o período normal de rega na Veiga está a terminar, falámos com a Associação de Regantes que nos garantiu que a partir de hoje vão introduzir mais água no caudal



do rio e que, em simultâneo, vão ser feitas três descargas da barragem das Nogueirinhas com a mesma finalidade.

A qualidade da água na Lama da Bouça não é melhor nem pior do que em Chaves. O Rio Tâmega não tem boa qualidade de água desde que entra em Portugal até que desagua no Douro; a sua poluição começa em Verin com a ETAR deficitária da cidade e isso está devidamente referenciado pelas administrações das bacias hidrográficas internacionais. Está em curso o projeto de construção de uma nova ETAR em Verin por parte do governo da Galiza. Estamos atentos à fiscalização da lavagem de inertes. Com água de qualidade no Rio Tâmega, fará todo o sentido reabilitar a zona de lazer do Açude em Vila Verde da Raia. O grande contributo de água é aportado pelo Rio Bessa que entra no Rio Tâmega, para lá de Lama da Bouça.

O Livro “As Muralhas Seiscentistas” ainda não foi publicado porque foram encontrados alguns defeitos que estão a ser corrigidos para edição da versão final.

Como o Senhor deputado deve calcular não aceito que colaboradores da Autarquia ou outra qualquer instituição pública usem as redes sociais em horário de trabalho, para fins pessoais. Os Chefes de Serviços têm a obrigação de ver e prevenir essas situações. Mas a verdade é que para o fazer nem sequer necessitam de utilizar os computadores da Câmara. Os telemóveis de nova geração permitem a atualização e participação dos seus detentores nos mais variados programas e hoje esse equipamento é de uso comum.

A página oficial da Câmara Municipal no Facebook é atualizada durante as horas de serviço.

O Senhor deputado Nuno Vaz falou, entre outras coisas, nos fundos comunitários.

Ainda não abriram os avisos para as verbas previstas no PACTO mas devem abrir a breve prazo. Dentro do PACTO do Alto Tâmega, para as diferentes ações, temos disponíveis para utilizar até 2020, 9.282.631,00€ em Chaves. A grande fatia será canalizada para o desenvolvimento. A nível da DLBC, candidatura organizada pela ADRAT, temos para o Alto Tâmega 6.235.781,00€ que significa um investimento, per capita, francamente superior a qualquer uma das outras comunidades intermunicipais do Norte de Portugal. Está de parabéns a ADRAT pelo excelente trabalho que fez e que nos vai beneficiar a todos. Hoje mesmo foi submetida uma candidatura da Câmara de Chaves ao Programa PEDU no valor de trinta e dois milhões de euros. Sabemos que não será aprovada na totalidade mas a estratégia é apresentar candidaturas com valores superiores para poder ganhar no rateio que é feito. No PROVER I, com a candidatura “AQUANATUR” tivemos um investimento público substantivo em Chaves – Balneário Termal de Vidago e a requalificação das avenidas da área envolvente, para além dos investimentos privados, nomeadamente requalificação de hotéis, parques etc. Estamos a preparar a candidatura ao PROVER II. O Alto Tâmega foi convidado a apresentar candidatura ao novo PROVER em que por cada euro de investimento público temos de garantir dois euros de investimento privado. O Alto Tâmega tem a expectativa de vir a receber cinco milhões de euros de investimento público pelo que tem de disponibilizar dez milhões de investimentos privados.

A abertura das termas de Vidago está prevista, em princípio, para a Páscoa de 2016.



Para esta obra, como para o Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso falta a certificação da instalação por parte da Direção Geral de Energia que ainda nem sequer se deslocou para fazer as respetivas vistorias. Há uma divergência com aquela entidade que entende que o projeto que tem em seu poder (já analisado e aprovado) está caducado e pretende que enviemos outro, o que é para nós incompreensível. Se o projeto está caducado foi aquele organismo que o deixou caducar depois de tanto tempo com ele lá parado. Após a certificação, a Autarquia contratará a energia elétrica definitiva, procederá ao ensaio das máquinas e ficará em condições de abrir ao público. No caso do Balneário Termal de Vidago ainda terá de ser pedida a vistoria à Direção Geral de Saúde para emissão da competente licença de utilização.

Os Parques Infantis são das responsabilidades das Juntas de Freguesia e sei que os Senhores Presidentes estão atentos e a proceder à sua manutenção/requalificação. A Câmara Municipal é responsável pelo Parque Infantil do Tabolado, pelo do Espaço Polis e pelo do Jardim Público. No do Jardim Público vamos dentro em breve colocar uma vedação; no do Tabolado vamos proceder à requalificação do pavimento, instalar novos equipamentos e procurar implementar algum ensombramento já que no verão se torna muito quente durante o dia.

Vão ser instalados sanitários na zona dos pesqueiros que serão deslocalizados do parque multiusos.

As ruas que o Senhor deputado referiu em Santa Cruz Trindade estão referenciadas por se encontrarem em muito mau estado e vão ser requalificadas brevemente. Numa delas há uma conduta de abastecimento de água que tem de ser substituída.

A Senhora deputado Brigitte referiu o estacionamento das autocaravanas na zona do Tabolado, junto ao rio Tâmega. Admito que se justifique a existência de um parque para autocaravanas em Chaves, embora se deva diferenciar estacionamento, daquilo que é paragem permanente. A Câmara propôs-se disponibilizar um terreno à Associação “Auto caravanismo” para construir o parque e fazer a sua exploração. As pessoas que hoje estacionam de graça, provavelmente se tivessem de ir para o Parque a pagar, desistiriam.

O Parque de Campismo do Rebentão está preparado para receber os auto caravanistas. Podem permanecer ali, fazer o reabastecimento de água, recarga de energia elétrica e outros serviços. Não pagam a entrada mas pagam os serviços de que ali usufruem. Será que se justifica construir uma infraestrutura destas em Chaves?

A obra do Museu das termas romanas já ultrapassou todos os prazos, mesmo depois de alterado o projeto. Nesta altura o empreiteiro está a levantar e a repor o pavimento porque foi mal colocado e isso também provocou atraso na sua conclusão. As placas que revestem a fachada constam do projeto de arquitetura. O autor da obra entendeu que a fachada deve ficar assim por imposição da construção. Isto porque a cota de entrada da rua se estende para o pavimento interior e é a altura das vigas que determinaram a cota da praça. O desejável era que a cota do pavimento da praça fosse a mesma que tem a rua do Olival.

Quando falamos sobre a qualidade dos espaços devemos refletir se efetivamente não têm qualidade ou se apenas alteram o nosso imaginário e por isso achamos que não



têm qualidade. Verifico que as pessoas que vêm de fora acham aquela fachada bonita.

**Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues** do PS - voltou a usar da palavra e disse não ficado esclarecido quanto aos Cursos Técnico Profissionais.

O Senhor Presidente da Câmara anunciou na comunicação social que seriam cinco cursos e afinal são apenas três. Também disse que não sabe quantos alunos irão frequentar esses cursos e se o fez na qualidade de Presidente da Câmara tem razão em dizer que não sabe, mas se o fez na qualidade de Presidente da Associação Promotora do Ensino Profissional de Chaves, devia saber porque é na Escola Profissional que esses cursos vão funcionar. Esperamos que com estes cursos não aconteça o mesmo que aconteceu com o ensino de enfermagem em que houve protocolos com várias entidades, muito propalados, e depois não tiveram qualquer sucesso.

Sobre o rio Tâmega no lugar de Lama da Bouça está aqui uma deputada municipal que diz que o local não é praia fluvial mas que a água que lá corre é limpa, própria para tomar banho e para consumo. É verdade que existem microalgas no rio e este fenómeno é muito antigo, agravado com a falta de pluviosidade, mas poderá ser melhorado com eliminação das gorduras poluentes, oriundas da zona industrial.

**Nuno Vaz Ribeiro** do PS – disse que na anterior intervenção não se referiu aos projetos de futuro nem à dotação orçamental do conjunto dos pacotes que existem aprovados no âmbito da CIM, ou no âmbito dos municípios individualmente considerados.

O que eu disse foi que tem sido um tempo perdido relativamente a um dossiê tão importante como são os fundos comunitários e da possibilidade que esses instrumentos financeiros teriam para mais rapidamente poderem levar ao desenvolvimento local e regional.

Certamente por esquecimento o senhor Presidente não me disse qual é o montante da despesa mensal com o funcionamento do Museu de Arte Contemporânea nem os custos decorrentes dos respetivos empréstimos.

**O Senhor Presidente da Câmara** respondeu aos Senhores deputados dizendo:

Os cursos Técnicos Profissionais são da responsabilidade do Instituto Politécnico de Bragança. A Escola Profissional de Chaves é apenas um parceiro como são as outras escolas secundárias da cidade.

Na minha intervenção anterior disse que já há três cursos em condições de abrir; que há um 4º curso muito próximo de reunir o número de alunos suficiente para abrir e que as inscrições terminam hoje. Que no próximo dia 7 de outubro haverá um exame para os alunos que não têm o 12º ano, poderem aceder a estes cursos. Temos três cursos garantidos e podemos em breve ter quatro. Por essa razão não é possível dizer, com rigor, qual o número de alunos que está inscrito.

Na qualidade de Presidente da Câmara, de Presidente da Escola Profissional, e de Presidente da Associação Promotora do Ensino de Enfermagem estive numa conferência de imprensa com o Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior, com o Presidente do IPB e com os Presidentes dos Agrupamentos com a finalidade de alertar os flavienses que tinham mais uma oportunidade de obter formação superior.



O Museu de Arte Contemporânea encontra-se fechado, sem qualquer tipo de ocupação e por essa razão não é possível encontrar os custos de funcionamento. O único custo que existe neste momento advém da vigilância do edifício.

### ***Entrou-se no Período da Ordem do Dia***

A ata número dois referente à sessão ordinária, realizada no dia 29 de abril de 2015, foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os Senhores deputados.

O Senhor deputado José Pimentel Sarmento pediu a palavra para dizer que na ata da última sessão deste Órgão, não consta nada sobre a homenagem aos cidadãos Teodoro Freitas e Cipriano Costa que oportunamente propôs.

O Senhor Presidente da Câmara disse nessa altura, que o assunto iria ser analisado e eu pretendo que isso conste em ata.

O Senhor deputado Manuel Cunha pediu que na página 17, segundo parágrafo, onde diz que “os que pagam a mais, vão pagar a mais quatro milhões e os que pagam menos, pagam menos catorze milhões” fosse retificado porque o conceito está trocado. Depois de ouvida novamente a gravação o Senhor deputado disse:« ... demonstrou que o que se pede aos municípios para passarem a pagar é: “dos que pagam a mais, pagam a mais vinte e quatro milhões e os que pagam a menos, pagam a menos catorze”.

*Posta à votação foi aprovada por maioria, com quatro abstenções por ausência na última sessão.*

### **PONTO 2. – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL.**

**1 – Situação Económica/Financeira – Documento anexo**

**2 – Obras em Curso - Documento anexo**

**3 – Outras Atividades Relevantes - Documento em anexo.**

**Outras Informações:**

**Intervieram os seguintes deputados:**

***Manuel Justino Matos Cunha da CDU*** – a propósito da reunião do Conselho Consultivo do Centro Hospitalar disse que a dificuldade é haver uma ligação real entre as administrações do hospital, as necessidades das populações, as preocupações dos autarcas, dos utentes, sindicatos, associações de doentes e outros e vice-versa.

Gostava de saber quais as dificuldades que foram expostas na reunião, e as respostas dadas pelo Conselho de Administração para nos tranquilizar, quer sobre o Hospital de Vila Real, quer sobre o de Chaves.

Aquando da crise da gripe todos sabem o caos que aconteceu em Portugal. Ontem, quer no Hospital de Vila Real, quer no de Chaves havia uma enorme quantidade de doentes fora do internamento de medicina interna. Isso quer dizer que a capacidade de internamento hospitalar desta região está deficitária, de uma forma muito séria. Sempre defendi que a capacidade de internamento nos hospitais tinha de ser reforçada por causa do envelhecimento da população.





“Tivemos uma situação trágica em setembro que não pressagia nada de bom para o que vem aí, se tivermos o azar de ter uma epidemia de gripe anormal. É que a crise que houve este ano de 2015 foi normal e não anormal”.

**Nuno Vaz Ribeiro do PS** – pediu alguns esclarecimentos sobre:

Relativamente à informação financeira e económica, no texto da parte técnica, diz-se que nas sessões da Assembleia Municipal deve ser presente informação sobre o saldo, estado de dívidas a fornecedores, reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes, com indicação da fase e estado. Que na documentação não encontrou nenhuma indicação sobre os processos judiciais pendentes nem sobre a maturidade das dívidas do Município de Chaves.

Também não encontrei qualquer informação relativamente à atividade empresarial e das participadas locais.

Sobre a atividade municipal gostaria de pedir ao Senhor Presidente da Câmara para trazer a esta Assembleia mais informação sobre reuniões relevantes. A informação é pouco esclarecedora nos temas discutidos e questões abordadas. Apenas diz o local a data e os intervenientes.

Relativamente à reunião local da Ação Social gostaria de saber se foram abordadas, ou não, algumas preocupações e problemáticas de âmbito social e também a relação entre as várias IPSS, sobretudo a forma como se relaciona o município e em que medida este está disponível para participar no esforço de apoio a algumas instituições.

Gostaria de saber quais as candidaturas que estão a ser equacionadas no âmbito da candidatura ao programa Norte 2020.

Também gostaria de saber em que ponto se encontram os dossiês relativos às Águas do Norte, quer relativamente à venda das ações, quer à negociação das faturas em dívida, taxas de subsolo e rendas. Qual o modelo de negociação que está a ser adotado e qual a perspetiva, dada a relevância económica deste dossiê para o Município de Chaves. Se foram equacionadas algumas questões relevantes relativamente a infraestruturas do concelho que possam estar em situação deficitária. Existem estações de tratamento nas freguesias e não sei se a responsabilidade pela sua manutenção é das Águas do Norte ou se é do Município, que nos dão a impressão de terem um tratamento deficitário. Refiro nomeadamente a de Santo Estevão. Também as estações de transferência, localizadas junto da Ponte Nova e ao antigo matadouro municipal, libertam um cheiro intenso e muito desagradável, sobretudo de manhã e no final do dia.

Relativamente à questão da visita do Senhor Primeiro Ministro gostaríamos de saber se deixou alguns compromissos, ou não, para o futuro.

**O Senhor Presidente da Câmara** respondeu às questões colocadas.

Na qualidade de representante da Comunidade do Alto Tâmega, nesta primeira reunião do Conselho Consultivo do Centro Hospitalar, o que eu disse, foi que é lamentável que o Centro Hospitalar tivesse sido constituído sem ter por base um Plano Estratégico, situação que hoje se mantém.

Não podemos aferir o bom desempenho do Conselho de Administração se não o podemos confrontar quanto ao cumprimento ou incumprimento de um Plano Estratégico e desde a integração, em 2007, já teve tempo de o fazer. Sem esse instrumento não conseguimos saber qual o papel diferenciador do Hospital de



Chaves dentro do Centro Hospitalar. Se a sua função é ser apenas um hospital de periferia dentro da unidade, Centro Hospitalar, podemos compreender muitas das decisões que são tomadas. De outra forma não é compreensível. Tudo isso foi lá referenciado e foi também referenciada a falta de médicos e enfermeiros na unidade de Chaves, bem como a idade do corpo clínico em funções. Se não for tida em atenção esta situação podemos deparar-nos com o colapso de funcionamento da urgência médico-cirúrgica; a Administração do Centro Hospitalar tem a obrigação de ir “rejuvenescendo” o corpo clínico.

Neste aspeto ficava bem à Assembleia Municipal de Chaves fazer um reconhecimento público do trabalho, esforço e dedicação de médicos, com mais de 55 anos, que continuam a fazer urgência durante a noite no Hospital de Chaves, para que este funcione.

Também deixamos o nosso descontentamento pelo facto de haver enfermarias fechadas por falta de enfermeiros.

Apesar das sucessivas promessas continuam a faltar consultas externas em Chaves e mais uma vez nos foi dito que a situação vai ser resolvida.

O Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro mencionou a lista dos processos judiciais pendentes que não acompanhou a informação sobre a atividade municipal e a verdade é que devia ter vindo porque alguns processos foram, entretanto, resolvidos. Não há novos processos.

Sobre a maturidade das dívidas e prazos informo que só não estamos com dias em atraso zero, pela dívida que temos com as Águas do Norte, em consequência do diferendo que existe e que esta Assembleia conhece. Em relação aos demais fornecedores estamos a cumprir os prazos.

As ações que os municípios detêm nas Águas do Norte, e que manifestem vontade de as vender, serão adquiridas pelo seu valor nominal, segundo informação que nos chegou do Ministério do Ambiente. Isso significa que o Município de Chaves venderá as suas ações, se a Assembleia Municipal assim o entender, pelo valor de oitocentos mil euros, mais os respetivos dividendos.

Temos tido várias reuniões com a Empresa Águas do Norte para fazer o acerto da dívida. Queremos fazer um acordo de pagamento logo que esteja definido o seu valor real, depois de resolvida a questão do diferendo existente. Quando esse plano de pagamento estiver concluído virá a esta Assembleia Municipal.

A situação com as Águas de Trás-os-Montes deve-se ao péssimo planeamento da empresa. Foi planeada uma ETAR para uma população de mais de cinquenta mil habitantes que Chaves não tem e a evolução demográfica não aponta para que venha a ter, pelo menos, nos próximos anos. A Estação de Tratamento na Barragem dos Pisões, como todos sabem foi construída para servir os Municípios de Chaves, Boticas, Montalegre, Valpaços, Ribeira de Pena e Vila Pouca de Aguiar, no entanto, e isso também é do conhecimento de todos, o único Concelho que consome água da barragem é o de Chaves. Também aqui houve mau planeamento e somos nós que o estamos a suportar. O mesmo acontece com Estação de Tratamento construída na Barragem das Nogueirinhas que está inativa. Nunca funcionou.

A água das freguesias cuja responsabilidade de gestão é das Juntas de Freguesia, são os Senhores Presidentes que têm de responder pela boa ou má qualidade e tenho conhecimento que é de muito boa qualidade. O controlo analítico é feito através



de técnicos da Câmara Municipal que prestam o devido apoio às Juntas de Freguesia e as análises cumprem os parâmetros exigidos pela Entidade Reguladora.

A água de Santo Estevão tem qualidade porque é fornecida pela Empresa Águas do Norte.

A estação de tratamento de águas residuais de Santo Estevão/Faiões é da responsabilidade das Águas do Norte. As estações elevatórias que o Senhor deputado mencionou também são da responsabilidade da Empresa. Vamos chamar a atenção para alguma anomalia que possa estar a acontecer.

Estamos a aguardar que a Empresa Municipal nos faça chegar o seu relatório para trazer a esta Assembleia Municipal o relatório das entidades participadas. De referir que nenhuma das empresas participadas tem pagamentos em atraso.

As candidaturas ao Programa da Cultura vão ser apresentadas diretamente à unidade de gestão do Programa Norte 2020, em função dos avisos que venham a abrir. Na reunião havida, o Senhor Diretor Regional da Cultura propôs que o projeto de recuperação do Castelo de Monforte fosse conduzido diretamente pela Direção Regional da Cultura, com a qual concordei. Também propôs que seja a Câmara Municipal a gerir o Castelo após a sua recuperação. Respondi que será um assunto a aprofundar, desde que não implique a manutenção, no local, de um funcionário para abrir e fechar a porta todos os dias e se opte pela gestão de visitas programadas.

A Autarquia irá apresentar ao Programa 2020, a candidatura da 2ª fase do Museu das Termas Romanas, que já tem o parecer favorável da Direção Regional. A primeira fase de construção está concluída, falta a musealização (sistema multimédia, tipo de painéis, peças que devem podem ser expostas, percursos sobre o achado etc.).

### **PONTO 3 – ACOMPANHAMENTO SEMESTRAL DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO. INFORMAÇÃO Nº44/DGF/2015. Para conhecimento.**

**Deputado Nuno Vaz Ribeiro do PS** – disse que as previsões sobre o Plano de Saneamento financeiro estão desfasadas, umas por excesso e outras por defeito.

Nas despesas de funcionamento houve um aumento de 2,05%, o que significa que as despesas de funcionamento de autarquia cresceram, relativamente ao previsto no plano. Estamos a falar de uma ineficiência organizacional.

Relativamente aos subsídios e transferências correntes e de capital, nas correntes houve um aumento de 89% e nas de capital houve uma diminuição de 59%.

Há uma nota positiva relativamente à redução de trabalhadores; dezoito, no primeiro semestre de 2015. Também nos custos com trabalho extraordinário e ajudas de custo os objetivos estão cumpridos. Pergunto qual tem sido a solução adotada relativamente ao trabalho extraordinário. O plano de eficiência energética tem uma diminuição de 32,4%. Na variação total do primeiro semestre há menos 153.558,13€, mas são valores inflacionados pela redução das transferências de capital, relativamente ao previsto porque as transferências de capital foram de 312 mil euros. Houve uma redução de transferências de capital de 56%, o que significa que houve investimento que deixou de ser feito, designadamente nas freguesias.

“No aumento da receita os processos geradores de eficiência na cobrança têm menos 30,98%; relativamente ao preço – aqui está a evidência do que dissemos aquando da discussão do IMI - há um aumento relativamente àquilo que era a meta que estava no PSF de 2%; em termos absolutos houve um aumento de quarenta e



quatro mil euros. Se considerarmos que este plano já previa um aumento de 2%, significa que no primeiro semestre de 2015 o aumento com água, saneamento e resíduos sólidos urbanos foi de 4,37%”.

Relativamente à avaliação de património a variação não é relevante. Mas no que é a taxa do IMI, em todo o ano de 2013, o Município de Chaves arrecadou 3.138.491,60€; em 2014 arrecadou 3.596.147,00€ (teve um incremento de 457.655,00€).

Relativamente ao IMI, neste momento a Câmara Municipal já arrecadou mais 978 mil euros, representando um aumento de 40% no primeiro semestre de 2015.

**O Senhor Presidente da Câmara** respondeu que as previsões são apenas isso. Previsões. O balanço final em relação às previsões é de 158 mil euros para mais.

Quando se refere que houve um excesso de gastos, que levou a um aumento de 2.05% nas despesas de funcionamento, estamos a falar de 8 mil euros mais. Não é previsível adivinhar que uma máquina avarie e tenha de ser reparada. Essa reparação coincidiu com este semestre e aporta uma situação de despesa adicional que não estava prevista, já que as provisões da rubrica são em função da média do valor gasto nos últimos anos. Surgem situações excecionais mas o que importa reter é que o balanço final é de 153 mil euros para mais.

A informação da Divisão de Gestão Financeira diz que a dívida a fornecedores, apresentada à Assembleia Municipal em fevereiro de 2015, era de 43.027.135,00€ e nesta data é de 39.000.045,00€. Há aqui uma diminuição de 4 milhões de euros. É evidente que quando estamos em saneamento financeiro torna-se necessário fazer algumas poupanças para cumprir o respetivo plano e, naturalmente, com arrecadação de receita também.

O aumento de 12,84% na receita do IMI é em função da previsão. A previsão da receita para o primeiro semestre de 2015 era de 2.287.237,00€ e arrecadaram-se 2.580.922,00€. São 293 mil euros acima. Não me parece que seja um valor tão excessivo que mereça esse reparo por parte do Senhor deputado.

Para manter/aumentar o nível de satisfação das necessidades dos flavienses, nas vertentes cultural, social, desportivo, continuar a fazer investimentos, fazer a manutenção das infraestruturas, equipamentos etc., aumentar as redes de infraestruturas e equipamentos e ao mesmo tempo baixar as taxas/tarifas e pagar a dívida, fazia falta um milagre. Eu não sei fazer milagres.

O Senhor deputado disse que a redução de trabalhadores é uma nota positiva. Eu não concordo consigo. A Câmara Municipal tem necessidade de reforçar o setor operativo com novos trabalhadores porque é aquele que mais tem levado pessoas para a reforma. Nesta área é urgente admitir pessoal. A legislação em vigor não permite que isso se possa fazer e, por essa razão, parte do serviço de limpeza urbana, provavelmente, vai ser externalizado. Os trabalhadores de que a autarquia dispõe neste momento, são insuficientes para garantir a qualidade desse serviço. Estamos a pensar concentrar os nossos trabalhadores na limpeza do Centro Histórico e contratualizar pessoas para o resto do Concelho.

Os Senhores Presidentes de Junta foram informados de que nos anos de 2014/2015 não haveria protocolos. Em 2014 havia protocolos assinados e não pagos, em valor superior a um milhão de euros e hoje estão todos pagos. Em 2016, se houver



condições, pretendemos assinar contratos interadministrativos com as freguesias e pagar os seus valores até 31 de dezembro desse mesmo ano.

Como o horário de trabalho aumentou para quarenta horas ajudou a reduzir o número de horas de trabalho extraordinário. Foi criado um banco de horas que é acionado quando necessário.

**Nuno Vaz Ribeiro do PS** – usou novamente da palavra para dizer que quando se referiu à redução de efetivos disse que seria um bom indicador desde que não pusesse em causa as funções essenciais do município.

“O equilíbrio positivo de 153 mil euros resulta do aumento brutal dos impostos – IMI e serviços; 40% relativamente a período homólogo de 2014. Em 2015 só há 12% de aumento mas temos de lhe somar a previsão de aumento relativamente ao período homólogo. São 40%. Se 40% de aumento de um imposto, num ano é pouco, estamos entendidos. Relativamente aos serviços são 4% também e o equilíbrio é conseguido através do IMI, de serviços, e da diminuição nas transferências de capital. O que está aqui é a evidência de uma incapacidade”.

**O Senhor Presidente da Câmara** disse não ter ouvido a totalidade do exposto pelo Senhor deputado Nuno Vaz, na sua intervenção. Que, apesar disso, e o facto de ter dito que o setor operativo da Câmara Municipal necessita de mais trabalhadores para poder prestar melhor serviço à população, à partida, não merecia qualquer reparo.

*A Assembleia Municipal tomou conhecimento do ponto em análise.*

#### **PONTO 4 – PAEL – PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL – MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO - 2º TRIMESTRE DE 2015. INFORMAÇÃO Nº45/DGF/2015. Para conhecimento;**

Não houve intervenções

*A Assembleia Municipal tomou conhecimento do ponto em análise.*

#### **PONTO 5 – LEI Nº8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA, NO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2014. INFORMAÇÃO Nº28/SC/2015. Para conhecimento.**

Não houve intervenções

*A Assembleia Municipal tomou conhecimento do ponto em análise.*

#### **PONTO 6 – AUDITOR EXTERNO/EMIÇÃO DE RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO. INFORMAÇÃO Nº52/DGF/2015. Para conhecimento.**

**Deputada Fátima Líliliana Fontes Correia do PS** – disse que a análise das contas do executivo municipal, relativas ao primeiro semestre de 2015, remete para a situação do que assistimos a nível nacional.

Aumentam os impostos, IMI e IRS; aumentam as tarifas de bens essenciais como a água e, comparados com o período homólogo de 2014, temos uma variação negativa do resultado líquido do exercício no valor de um milhão, duzentos e vinte e nove mil, cento e catorze euros e cinquenta e um cêntimos. Menos 203% do que no período



homólogo anterior.

O Senhor Presidente dirá que isto resulta das provisões efetuadas neste semestre para riscos e encargos e para cobrança duvidosa, nomeadamente no que diz respeito à faturação de taxas de ocupação do domínio público e é verdade. Mas também sabemos que estas provisões já deveriam ter sido registadas no exercício anterior pois já no relatório anterior do Revisor Oficial de Contas eram apresentadas reservas às contas de 2014 pelo facto de não terem sido efetuadas provisões para riscos e cobrança duvidosa uma vez que estes comprometiam os resultados apresentados. E também continua por registar o valor da faturação devolvida à ATMADE e sem ser feita nenhuma provisão relativamente a este processo que pode ter efeitos patrimoniais negativos, relevantes. Como o Senhor Presidente está convicto que vai ganhar a ação prefere não constituir nenhuma provisão para este risco, como seria de bom senso.

No ponto seis, o relatório refere que a comparabilidade dos semestres, sobretudo ao nível dos resultados líquidos semestrais, resulta mais difícil exigindo cuidados analíticos específicos, que passam por uma maior atenção às notas explicativas que acompanham as demonstrações financeiras semestrais, ou que deveriam acompanhar, porque não tivemos acesso a tais notas explicativas. Apenas tivemos acesso ao balanço, à demonstração de resultados e ao relatório do ROC. Gostaria de saber se as notas foram efetivamente emitidas e em caso afirmativo que as mesmas sejam disponibilizadas, para análise. De referir ainda que o total do passivo a 30 de junho de 2015 é superior num milhão novecentos e quarenta mil euros, face ao término do exercício de 2014 e que a dívida a terceiros registada, é ainda de quarenta e quatro milhões. A agravar a situação a dissolução da Sociedade MARC SA e a consequente internalização da sua dívida e respetivos juros, que também não se encontra registada.

**O Senhor Presidente da Câmara** respondeu às questões colocadas.

Na minha intervenção anterior referi que o valor da dívida em setembro de 2015 é de trinta e nove milhões e quarenta e cinco mil euros, menor do que em junho, abril e fevereiro, conforme expresso na informação da situação financeira.

Quanto à variação negativa que referi e deu a resposta, a verdade é que a classificação orçamental mudou; deixou de estar em provisões para riscos e encargos e passou para cobrança duvidosa. Temos de continuar a faturar taxas de infraestruturas pela ocupação do subsolo porque se não o fizermos é que não teremos razão, mesmo que a tenhamos. Em relação ao ano de 2015 vamos fazê-lo neste segundo semestre. O processo da Portugal Telecom já transitou em julgado. Já ganhámos uma ação e a empresa tem de pagar à autarquia um valor acima de oitocentos mil euros, de taxas de infraestruturas. Neste momento a Empresa está a contestar a execução.

*A Assembleia Municipal tomou conhecimento do ponto em análise.*

### **PONTO 7 – FIXAÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL DE “DERRAMA” REFERENTE A 2015 E A COBRAR EM 2016. PROPOSTA Nº 98/GAP/2015;**

Usaram da palavra os seguintes deputados:

**Anselmo José Martins do PS** – disse que normalmente as propostas têm prós e contras e que esta tem mais prós do que contras. Este imposto incide essencialmente



em empresas que são lucrativas e cuja sede social não se localiza em Chaves, deixando as outras de fora. São bancos, grandes superfícies etc. que mesmo pagando essa taxa certamente não abandonaram o concelho.

O imposto a arrecadar anda à volta de vinte mil euros e entendemos que esse valor deveria ser afeto a um fim específico; que o cidadão saiba onde o valor recebido pela derrama se vai aplicar. Propomos que esse valor seja afeto às vias pedonais.

**Ana Maria Rodrigues Coelho do PSD** – disse que a derrama, é um imposto sobre os lucros e sobre as empresas sujeitas de IRC, com estabelecimento no território, e cuja aplicação no território pode ser deliberada localmente, até ao teto máximo estabelecido de 1,5%.

Há vários anos que o Município de Chaves, estabelece a taxa de derrama para o concelho, no limite permitido por lei – 1,5%, excecionando da aplicação deste imposto, todas as empresas com sede fiscal no concelho. Significa isto, que todas as empresas com sede em Chaves, ficam isentas deste pagamento, recaindo o mesmo essencialmente sobre empresas que tendo sede fora, aqui exercem a sua atividade, na generalidade empresas de âmbito nacional, como sejam bancos, seguradoras ou grandes cadeias nacionais.

O valor arrecadado com este imposto pode ser considerado residual, considerando que foi estimado um montante previsional, face ao arrecadado nos últimos 3 exercícios, de 19.278,11€, a contemplar, previsivelmente no orçamento da receita para o exercício económico de 2016.

Assim, num momento em que tanto se fala dos territórios de baixa densidade e de medidas de discriminação positiva para a instalação de empresas nos mesmos, parece-nos ser este um incentivo concreto e claro, para que as empresas estabeleçam a sua sede no território, ou sejam beneficiadas relativamente à concorrência regional, pelo facto de já aqui estarem instaladas.

A juntar a isto, reafirmamos a necessidade de prosseguir o objetivo de equilíbrio das contas municipais, não devendo para o efeito o Município, prescindir das parcas receitas que estão ainda ao seu alcance arrecadar.

Entende por isso o Grupo Municipal do PSD, votar favoravelmente a proposta apresentada pelo Município.

**Manuel Justino Matos Cunha da CDU** – disse que a CDU vai votar favoravelmente a proposta em análise.

Vivemos num país que tem um regime fiscal que protege as grandes empresas e os grandes grupos económicos que têm grandes lucros, que podiam pagar muito mais e desprotege o cidadão comum. Este imposto poderia constituir um fundo de rendimento das regiões do interior, mantendo as isenções e as exceções que a lei dá.

**O Senhor Presidente da Câmara** respondeu dizendo que no próximo ano será avaliado a hipótese de aplicar a derrama só ao setor terciário. Bancos, Seguradoras e grandes superfícies.

O valor de dezanove mil euros para manutenção de percursos pedonais será certamente insuficiente mas fica registada a sugestão do Senhor deputado Anselmo Martins.

*Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.*



### **PONTO 8 – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS/ DEFINIÇÃO DA TAXA DE IRS A FIXAR PARA 2016. PROPOSTA 96/GAP/2015;**

**O Senhor Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta dizendo que este imposto, apesar de tudo, é um imposto justo, porque só pagam IRS as pessoas que auferem maiores rendimentos. As pessoas de fracos rendimentos não pagam IRS. Se fosse possível fazer a devolução de forma a beneficiar cidadãos de acordo com determinadas funções que desempenham – caso voluntariado de bombeiro – eu seria o primeiro a concordar porque são cidadãos que estão sempre disponíveis para ajudar os demais.

Usaram da palavra os seguintes deputados:

**Nuno Vaz Ribeiro do PS** – disse que devolver uma percentagem deste imposto seria injusto se se estivesse a falar apenas de cidadãos com rendimentos relevantes.

Entendo que isso pudesse ser feito relativamente aos contribuintes que têm altas remunerações (acima de dois mil e quinhentos euros) mas se pensarmos num cidadão com um salário médio de oitocentos/novecentos euros, talvez lhe pudesse ser devolvida uma pequena parcela correspondente a 1%. Era um pequeno prémio. Isto é ainda mais relevante porque todos sabemos que desde 2013 temos uma espoliação fiscal. O imposto que mais aumentou foi o IRS, que terá subido entre 35 a 40%.

Se o governo penalizou os rendimentos do trabalho e ao mesmo tempo beneficiou os rendimentos de capital, designadamente ao nível do IRC, pergunto se não faria algum sentido aos municípios, que estão mais próximos dos cidadãos e os conhece melhor, fazer uma tentativa de compensação? Eu sei que a principal responsabilidade de fazer a redistribuição e equilíbrio dos rendimentos cabe à administração central mas entendo que também era importante que a administração local mostrasse que está preocupada com a situação económica e financeira dos seus cidadãos; ao mesmo tempo seria também uma medida, do ponto de vista regional, que iria atrair alguma população fora do concelho.

Em 2010 a receita do IRS foi de um milhão e quarenta e quatro mil euros. Depois até 2013 a variação foi positiva, mas ligeira; em 2014 teve um decréscimo – passou para 930 mil euros - e 2015 foi um ano de incremento relevante. O Município de Chaves passou a receber um milhão, trezentos e trinta e um mil, oitocentos e noventa e dois euros. Houve um aumento, relativamente a 2010, de duzentos e oitenta e sete mil euros; em termos percentuais de 28%. Não faria algum sentido, relativamente ao ano de 2016, apesar de não sabemos ainda qual vai ser a receita, que o Município de Chaves pudesse prescindir de 1% tendo em atenção que o incremento em relação a 2010 foi de duzentos e oitenta e sete mil euros?

**Manuel Justino Matos Cunha da CDU** – disse que pelo valor de 5% a que o município retém, se vê o grande aumento de impostos que depende da decisão das autarquias.

Entendo que este princípio da devolução do IRS em termos das autarquias é um mau princípio. Cria tensões, demagogias.

O estrangulamento das autarquias vem de muitos anos atrás e mais uma vez as contas são equilibradas à custa de um brutal aumento da receita fiscal, que é inquestionável.





Sabemos das dificuldades em equilibrar as contas, mesmo aumentando muito os impostos e vamos ouvindo que vai ter de se externalizar parte da limpeza da cidade. A autarquia já delegou na água, delegou nos resíduos sólidos, prepara-se para delegar na limpeza e, qualquer dia, aquilo que eram as funções nobres de uma autarquia, a pouco e pouco, desaparecem. Há uma dívida enorme de água e é fácil dizer que tudo foi sobredimensionado. E é verde que foi, mas foi um negócio. E este negócio vai ter um futuro, que é a privatização das Águas de Portugal.

“Repito que o princípio de o Estado dar aos municípios a opção de ficarem ou devolver 5% do IRS é um mau princípio. É um princípio que em meu entender não ajuda a democracia mas eu sei que no ano que mudar a autarquia, com o partido socialista se ganhar a Câmara, que é sempre um cenário plausível, vai dizer exatamente o mesmo que diz hoje o Senhor Presidente da Câmara e, deste lado da bancada vão buscar os mesmos argumentos que tem hoje o Partido Socialista. Estamos cá para ver e quero que isto que estou a dizer fique em ata porque é limpinho que vai acontecer. Nessa altura trocam-se as posições e voltamos ao mesmo.

Nós somos contra o princípio de dar este presente envenenado; de a autarquia decidir o que faz com 5% do IRS. É evidente que uma autarquia que está endividada, como está esta e estão quase todas do país, não têm outra opção. Aqui não é a mesma coisa que o IMI porque não é a autarquia que define nada. É uma decisão que vem do estado”.

**O Senhor Presidente da Câmara** disse concordar com o que disse o Senhor deputado Manuel Cunha quanto ao princípio.

É errado o governo central colocar as autarquias perante o dilema de devolver ou não devolver. Nós não temos o poder de fixar a taxa que cada pessoa paga. Mas 5% da receita de IRS arrecadada é dos municípios e cabe-lhes a eles decidir o que fazer com o valor daí resultante.

A aplicação deste imposto é universal e abstrata e devolver o IRS a quem ganha setecentos euros seria justo e significava preocupação por aqueles que ganham pouco. Mas seria muito injusto devolver 1% àqueles que ganham sete mil euros.

*Posta à votação a Proposta foi aprovada com 47 votos a favor, 3 abstenções e 10 votos contra. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.*

**O Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro** apresentou a seguinte declaração de voto:

“No que diz respeito à taxa de IRS os municípios podem contrariar a política de agravamento fiscal sistemático, praticada pelo este Governo mas muito em particular a concretizada no ano de 2013 na qual houve nas palavras do então Ministro das Finanças, Vitor Gaspar, um brutal aumento de IRS, concretizada pela via das alterações das tabelas e escalões e na redução de abatimentos à coleta, designadamente na saúde e na educação.

Ainda não conhecemos o efeito que o aumento do IRS está a ter na receita do município para o ano de 2016 pois essa informação apenas estará disponível para a Câmara e ainda não nos foi disponibilizada. No entanto é espectável que em resultado desse aumento brutal de IRS o valor arrecadado pela Câmara Municipal de Chaves no ano em curso, tenha um aumento relevante. Ora é nesse pressuposto que entendemos que a Câmara Municipal de Chaves deveria dar um sinal concreto de que está atenta e comprometida com a melhoria da situação económica dos



flavienses e assim devolver-lhes 1% da participação que o Município de Chaves tem no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal em Chaves. Não pomos uma taxa maior por saber que as contas da Câmara, por causa da incompetência da sua gestão, estão no vermelho. Somos portanto favoráveis a uma devolução de 1% na participação do IRS fixando-se esta em 4% para o município a qual, ainda assim, pode representar um encaixe para o município de mais de um milhão, cento e sessenta e cinco mil euros; mais do que toda a receita do IRS de 2013, que foi de um milhão e cinquenta e sete mil novecentos e oitenta e sete euros e a de 2014 que foi de novecentos e trinta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e dois euros. Os cerca de duzentos e sessenta e seis mil euros seriam reembolsados diretamente às famílias, aumentando assim o seu rendimento disponível e a sua capacidade aquisitiva, o que seria uma boa notícia para a economia local.

Mantendo-se a taxa de participação de 5% e com o agravamento que o IRS sofreu em 2013 e que continuará a sofrer em 2016, por exemplo, com a manutenção de uma taxa extraordinária, com a redução das deduções, e do número dos escalões, é evidente que a receita desta transferência irá subir nos próximos anos. Essa decisão introduziria maior competitividade territorial, mas sobretudo, corrigiria a injustiça fiscal protagonizada por este governo.

Muito embora saibamos que a Câmara é suportada pelo mesmo partido do governo, o PSD, isto poderia ser aproveitado pelo Presidente da Câmara para demonstrar que a sua ação política é distinta e que está ao lado dos seus concidadãos.

A diminuição da receita poderia, por exemplo, ser compensada com uma gestão mais criteriosa e assertiva, cortando gastos supérfluos como sejam juros de mora, trabalhos a mais e despesas com publicidade e propaganda. Se tivesse essa coragem então teria legitimidade para exigir ao governo do seu partido que diminuísse os impostos que aumentou, em especial o IRS e o IVA, mas também que repusesse as medidas de discriminação positiva, existentes no interior, em especial ao nível do IRC e da eliminação das portagens na A24. Mas suspeito que a voracidade por mais e mais impostos é tão grande que vai ficar tudo na mesma e este executivo municipal vai continuar a sacrificar os flavienses em vez de sacrificar a despesa inútil e supérflua”.

**PONTO 9 – DEFINIÇÃO DA TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS A LIQUIDAR NO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2016. PROPOSTA Nº 95/GAP/2015;**  
**O Senhor Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta dizendo que em 2001 a Assembleia Municipal de Chaves, sob proposta da Câmara Municipal fixou a taxa do IMI, já no âmbito da avaliação do CIMI em 0,5% que era a taxa máxima nessa altura. E para os prédios não avaliados de acordo com o código do CIMI – que eram a maior parte nessa altura – 1%.

Em 2002, nos prédios avaliados de acordo com o CIMI, manteve-se em 05% e baixou para 0,95% nos restantes, que eram a maior parte. Esta tendência veio a manter-se até que no ano de 2008 passou para 0,3%, para os prédios avaliados de acordo com o código do CIMI e 0,7% para os não avaliados de acordo como mesmo código. Isto porque entretanto deu-se a inversão. Passou a haver mais prédios avaliados de acordo com o código do CIMI do que o contrário. O ponto de partida é que em 2001



os prédios não avaliados de acordo com o código do CIMI estavam a 1%, passou para 0,7% e assim se manteve. Ao longo destes anos houve sempre redução.

Em 2014, por força do Plano de Saneamento Financeiro passou para 0,35% e mantêm-se a mesma proposta pela mesma razão. No entanto, à semelhança do ano anterior, é possível dar às famílias alguma redução do imposto. Há aqui duas estratégias. Uma respeitante à recuperação do Centro Histórico. Neste âmbito quem hoje recuperar um edifício no Centro Histórico fica isento de pagamento do IMI durante cinco anos, com possibilidade de prorrogação por mais cinco. Quem possua prédios no Centro Histórico em bom estado de conservação e paga IMI terá uma redução de 15%. As pessoas que tenham edifícios arrendados no Centro Histórico têm uma redução de mais 15%. Isto significa que uma fração no Centro Histórico, em bom estado de conservação e esteja arrendada, tem uma redução de 30% no pagamento do IMI.

O governo legislou no sentido de haver redução do IMI para quem tem filhos e ainda como incentivo à natalidade. De 10% para quem tiver um filho, até 15% para quem tiver dois filhos e até 20% para quem tiver três ou mais filhos.

A autarquia propõe uma redução de 10%, para quem tem um filho menor até aos vinte e cinco anos; 15% para quem tem dois e 20% para quem tem três ou mais. Se aplicarmos esta redução a 0,35%, podemos dizer que, independentemente de onde o edifício se situe, desde que seja para habitação própria da família, com três filhos, a taxa de incidência é de 0,28%. Para quem tem dois filhos a taxa de incidência é de 0,29.75%, inferior ao limiar mínimo de 0,3%.

Quem tem filhos e reside no Centro Histórico acumula a redução de taxas. Assim para quem tem um filho a taxa é de 0,26.25%; para quem tem dois filhos é de 0,22.45% e para quem tem três ou mais filhos é de 0,22.75%.

Aqui está o indicador que foi pedido no ano anterior nesta matéria. Há um sentido de proteção à família, incentivo à natalidade e consideração pelos flavienses. É também um incentivo à recuperação do Centro Histórico.

Aplicando essas percentagens a um imóvel avaliado em cem mil euros, com a taxa mais favorável, resulta uma poupança de 122,50€/ano. A lei dá esta prerrogativa e estamos a utilizá-la na sua plenitude. Esta devolução de IMI vai aplicar-se a 2.730 famílias.

Usaram da palavra os seguintes deputados:

**Manuel Justino Matos Cunha da CDU** – disse que ficava bem ao Senhor Presidente da Câmara dizer que ao longo dos últimos anos, apesar da descida brutal de escalões, a receita do IMI subiu muito.

Contando a verdade toda também é bom dizer que a autarquia nesses anos aumentou a base de incidência, passando a ser mais justa; havia muitas casas que estavam isentas, que acabaram o período de isenção e passaram a pagar e aumentou o valor da avaliação para outras que estavam subavaliadas. Este brutal aumento, individualmente não foi tão injusto porque se aumentou a base de incidência e nalguns aspetos, criou-se alguma justiça.

Também é verdade que estamos a chegar a um ponto em que a subida da receita do IMI é tão grande que já começa a haver alguma margem para devolver.

A natalidade e a sua recuperação têm a ver com haver futuro para o País e quem pensar em ter filhos, saber que o País tem futuro para os seus filhos. E não é só



haver trabalho. É haver trabalho com direitos. Nos últimos quatro anos assistimos a um retrocesso brutal dos direitos de quem trabalha. Hoje quem ganha o salário mínimo é um privilegiado porque tem a sorte de ter um emprego.

Estas medidas são positivas mas parece-me que começa a haver uma margem para, de uma forma mais generalizada, aliviar a carga do IMI sobre os proprietários, porque mesmo com todos estes ajustes a receita vai aumentar, embora saibamos que faz parte de uma estratégia nacional imposta pelo FMI. Creio que nesta altura seria possível manter algum crescimento da receita, conseguindo reduzir a taxa efetiva generalizada de 0,35%, que é a que afeta a maior parte das pessoas. Entendo que deve haver algum equilíbrio porque o brutal aumento de impostos nas autarquias num momento em que parece haver alívio no estado, não é suportável.

Recordo que o alívio do IRC foi feito com os votos do Partido Socialista e agora não quer ir mais além, mas quando podia escolher, preferiu viabilizar uma redução sobre as receitas do capital do que sobre as receitas do trabalho.

**António Jorge Pinto de Barros do PS** – cumprimentou os presentes e disse que em 2001 a avaliação que os prédios tinham era muito inferior e não obstante a taxa nessa altura ser muito superior, a receita efetiva era muito menor.

Em 2003, por exemplo, a receita de IMI fixou-se em 965 mil euros. Em 2014 a mesma receita foi de 3.556 mil euros, com uma taxa inferior e no primeiro semestre de 2015 já vamos em 2.580 mil euros. Isto para dizer que a comparação feita pelo Senhor Presidente da Câmara não tinha que ser feita.

“O Senhor Presidente da Câmara referiu os benefícios que se atribuem às famílias e à reabilitação do Centro Histórico com esta proposta, mas omitiu outras explicações que penalizam os cidadãos. Devia explicar também qual é a previsão para a majoração dos prédios degradados. É que se se faz uma redução da taxa de IMI para os prédios do centro urbano, faz-se uma penalização para os prédios que não necessariamente no Centro Urbano porque há aqui uma majoração de 20% dos prédios degradados, independentemente da sua localização. Isto quer dizer que uma casa na aldeia que esteja degradada tem uma penalização de 20%. E, para além disso, nessa mesma casa, anualmente, o IMI vai passar para o triplo. É que nós damos uma redução às famílias até 20% da taxa de 0,35%, mas quando é para penalizar penalizamos até ao triplo e era interessante ver também a previsão que temos desta penalização. Eu acredito que se restringíssemos estas penalizações ao Centro Urbano, até seria aceitável e se o fundamento é a reabilitação urbana, não se percebem estas penalizações, a não ser que seja única e simplesmente, para arrecadar receita. E se já temos uma receita de IMI sempre crescente, os 0,35% até podem ser uma imposição, mas esta majoração cega e independentemente do local, vai para além do PAEL.

**Nuno Vaz Ribeiro do PS** – disse que esta proposta de redução de dez, quinze e vinte por cento é injusta porque beneficia todo e qualquer cidadão flaviense que cumpra estes pressupostos; que pode ter uma casa de habitação de dez milhões de euros e vai usufruir desse benefício.

Neste momento, em face do aumento brutal da receita de IMI, que desde 2003 até hoje vai aumentar quatro milhões de euros, entendemos, por uma questão de justiça, que o que devíamos ter aqui hoje seria uma proposta de 0,3%, mais a valorização e o reconhecimento das famílias com filhos.



Relativamente a esta matéria tem vindo à Assembleia Municipal uma penalização relativamente aos prédios em ruínas e eu pergunto se se sabe qual o valor da receita que resulta dessa majoração e se as Finanças exigem a identificação matricial de cada um desses edifícios. Pergunto isto porque a lei diz que sempre que os municípios adotam esta penalização, relativamente aos edifícios em situação de ruína, devem identificar até 31 de dezembro os respetivos prédios ou frações autónomas.

**Nelson Paulo Gonçalves Montalvão do PSD** – disse que o Município de Chaves não vai aumentar a taxa de IMI.

No ano de 2015, para os prédios urbanos cuja taxa será cobrada em 2016, mantém a taxa de 0,35%, com as respetivas minorações e majorações constantes da proposta em análise. A esta proposta há que juntar a redução da taxa a pagar pelas famílias com filhos a cargo e que será 10% para um filho, 15% para 2 filhos e 20% para 3 ou mais filhos. Na prática uma família com três filhos verá a taxa do imposto baixar de 0,35% para 0,28%. Se a casa onde reside tiver um valor patrimonial de 100 mil euros, em vez de pagar 350,00€/ano, pagará apenas 280,00€, obtendo uma poupança de 70,00€.

Para além disso há que salientar a manutenção do esforço de medidas discriminatórias relativas a este imposto, orientadas para a área de reabilitação urbana e revitalização do Centro Histórico.

Se é verdade que existem municípios a aplicar a taxa mínima de 0,3%, não é menos verdade que existem muitos outros a praticar taxas superiores, mesmo no Alto Tâmega. Também há muitos municípios que praticam a mesma taxa que Chaves vai manter.

Fazendo uma retrospectiva sobre a fixação da taxa de IMI, a gestão Social-democrata veio a baixar, de forma gradual, a respetiva taxa aplicável desde os 0,5% em 2001 para 0,3% em 2008, mantendo este valor constante até 2013. Atendendo à realidade atual da autarquia, a taxa vai manter-se em 0,35%.

Aproveitando a prerrogativa concedida pelo atual governo, através do nº. 13 do artº 112º do CIMI, aditado pelo artº 213 da lei 82-B de 2014, de 31 de Dezembro – Lei do Orçamento de Estado para 2015 - o executivo municipal, como referimos, aprovou a proposta em reunião da Câmara Municipal do passado dia 18 de setembro de 2015, com os votos favoráveis da maioria social democrata, dois votos contra de vereadores do Partido Socialista e uma abstenção de um vereador também do PS.

Apesar do IMI constituir uma das principais receitas dos municípios esta é a decisão mais acertada em benefício de todo o Concelho e em particular das famílias às quais são garantidas as reduções permitidas, em função do número de dependentes a cargo. Esta decisão teve em conta princípios de justiça fiscal e também social. Princípios que promovem mais e maior solidariedade em Chaves. Com estes benefícios resultará uma descida do IMI para mais de 2.700 famílias, abrangendo vários milhares de pessoas, o que implica um esforço suplementar da autarquia.

Importa realçar o esforço municipal na introdução das medidas discriminatórias relativas a este imposto, orientadas para a regeneração urbana e revitalização do Centro Histórico, nomeadamente a redução da taxa de 15% em prédios urbanos localizados e ou arrendados na área de reabilitação urbana, que não estejam em ruína, degradadas ou devolutos. A majoração de 20% da taxa de IMI em vigor a



aplicar a prédios urbanos degradados e triplicar anualmente a taxa prevista para os prédios em ruínas ou devolutos, há mais de um ano.

Voltando ao exemplo antes referido. Para a mesma família com três filhos, que reside no Centro Histórico, verá a taxa do imposto baixar de 0,35% para 0,22,75%; se a casa onde morar tiver o valor patrimonial de cem mil euros, em vez de 350 euros pagará 227,50€, poupando 122,50 euros.

No conjunto das reduções do imposto integradas na proposta, há um benefício claro para as famílias residentes no Concelho que vão pagar menos IMI relativamente ao pretérito ano de 2014. Há também nesta proposta em análise, uma forte aposta na configuração do IMI, enquanto incentivo à reabilitação urbana e um estímulo à conservação do património edificado, particularmente na zona do Centro Histórico.

Da avaliação histórica sobre a aplicação do IMI, no Concelho de Chaves, é inquestionável que o Município nunca teve a taxa de IMI abaixo de 0,3%, independentemente do enquadramento legal máximo e mínimo da taxa.

Da análise comparativa, com projeção a anos económicos anteriores, com outros municípios de dimensão semelhante ao Município de Chaves podemos afirmar, sem hesitação, que o Concelho de Chaves está abaixo da média nacional na taxa de IMI aplicável por muitos municípios com idênticas características ao nosso. Contra factos não há argumentos, ou melhor, argumentos há, não alteram são os factos e estes são os factos, razão pela qual o Grupo Municipal do PSD votará favoravelmente a proposta.

**O Senhor Presidente da Câmara** disse ser verdade que o aumento da receita do IMI resulta do alargamento da base tributária. E também é verdade que desde 2001, os edifícios avaliados já de acordo com o CIMI, e que não tendo sofrido alteração de requalificação, mantêm o mesmo valor patrimonial.

Em 2001 esses edifícios pagavam a taxa de 0,5%, que veio a reduzir até 0,3% e, apesar de tudo, em 2016 pagarão 0,35%, substancialmente inferior a 0,5%. Isto é um facto. Não há nenhuma penalização para arrecadar receita.

Não tenho qualquer dúvida que uma casa bem conservada se tiver ao lado outra completamente degradada e em ruína, está a ser desvalorizada e nem sempre estamos perante famílias que não têm condições para recuperar o seu património. Muitas vezes é apenas por falta de vontade. Se existe o direito à propriedade privada, também o direito ao ambiente é universal e todos temos a obrigação de o cuidar. Uma cidade quando tem no seio edificações degradadas está a depreciar coletivamente a sua imagem global.

O Senhor deputado Nuno Vaz disse que é preciso referenciar em concreto as habitações degradadas, com o qual eu concordo porque nestes casos a majoração da taxa não é automática ao contrário do benefício na redução decorrente das famílias, que é automático. Depois de aprovado na Assembleia é enviado para as Finanças e estas, em função do agregado familiar aplicam automaticamente a redução respetiva. Em relação às demais é preciso identifica-las.

Quem pretende beneficiar da redução dos 15 ou 30% vai à Câmara Municipal requerer a respetiva certidão para entregar nas Finanças e isso as pessoas tem o cuidado de o fazer. Nos casos de casas sujeitas a majoração tem de ser a Câmara a ter o cuidado de indicar quais são, qual é o número do artigo e quem é o proprietário, o que não é assim tão fácil. Não temos nenhum levantamento dos edifícios que



estragam a imagem da cidade mas ele será feito e será comunicado às finanças para que os procedimentos de majoração no IMI sejam aplicados.

Quando falamos de regeneração urbana será fácil dizer que a Câmara se pode substituir aos privados e recuperar os edifícios degradados. Mas há muitos proprietários que têm condições económicas para recuperar os seus imóveis e não o fazem; aqui a Câmara é acusada de estar a pressionar para arrecadar dinheiro. Está a fazê-lo porque se preocupa com a qualidade do ambiente e de imagem coletiva dos lugares, seja da cidade ou Concelho.

Com esta proposta pretende-se introduzir o sentido de proteção às famílias e algum incentivo à natalidade. Era desejável que as pessoas que têm mais rendimento fossem as que tivessem mais filhos.

**Nuno Vaz Ribeiro do PS** – disse que lhe pareceu ter percebido ao Senhor deputado Nelson Montalvão que a bancada do PS mencionou um agravamento das taxas, o que não é verdade. O que a sua bancada referiu foi o aumento das coletas, que são coisas distintas.

Entendo que é demagógico comparar taxas de 2001 com taxas de 2015, até porque a legislação também é diferente. Em 2013 entrou em vigor o Decreto-lei 287/2013, de 12 de novembro, que reformulou o CIMI e que altera radicalmente a legislação anterior. Em 2002 tínhamos uma receita que não chegava a um milhão de euros e hoje essa receita atinge os cerca de cinco milhões; houve um incremento muito grande. É perguntar a quem paga IMI, o que pagava em 2003 e o que paga hoje.

**Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, do PSD** – pediu a palavra para uso do direito de resposta dizendo ao Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro para ouvir na gravação o que disse na sua intervenção. “Nesta tribuna sou responsável por aquilo que digo e não por aquilo que V. Exa ouve ou entende”.

*Posta à votação a Proposta foi aprovada com 44 votos a favor, 6 abstenções e 11 votos contra. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.*

**O senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro do PS**, apresentou a seguinte declaração de voto:” Nós entendemos votar contra esta proposta por entendermos que era chegado o momento de fazer uma descida da taxa de 0,35% para 0,30%, sendo certo que esta de 0,30% já não seria o mínimo. Se não houvesse uma alteração legislativa em 2012, estaríamos a falar de 0,2% e essa alteração é tanto mais necessária e fundamental, porque tem havido um incremento muito substancial da receita da coleta de IMI, que atinge valores exorbitantes, cujos aumentos, de ano para ano, se cifram em 40 e 30%. O aumento é de tal forma grande que só em dez, doze anos, atinge quatro milhões de euros. O nosso voto contra vai no sentido que, neste momento, dado o valor da receita do IMI arrecadado pelo Município de Chaves, é tampo de fixar o valor mínimo de 0,30%, com a ressalva de que, efetivamente, concordamos com a proposta relativamente à redução das taxas decorrentes do número de dependentes do agregado familiar, que foi aqui proposta – 10% para um dependente, 15% para o segundo e 20% para o terceiro. Esperamos que no próximo ano estejamos aqui a discutir uma redução da taxa de IMI, em resultado daquilo que tenha sido a arrecadação da receita no ano de 2015.”

**O Senhor deputado Manuel Justino Matos Cunha da CDU** – apresentou a seguinte declaração de voto:” A CDU entende que a subida gradual, substancial da receita de IMI no nosso concelho permitiria uma redução da taxa para 0,30%,



mantendo a receita global total. A CDU apoia todas as formas de redução de IMI para as famílias com filhos dependentes. É nesse sentido que se deve interpretar o voto de abstenção da CDU, no ponto nove da ordem de trabalhos.”

### **PONTO 10 – PROPOSTA DO REGULAMENTO CARTÃO MUNICIPAL FAMÍLIAS NUMEROSAS. PROPOSTA N.º 106/GAP/2015;**

**O Senhor Presidente da Câmara** ainda sobre o ponto anterior disse que se em 2016 houver redução da taxa de IMI para aplicar em 2017, como está a ser pedido, não venham dizer que a medida é eleitoralista.

Sobre a proposta em análise disse que vem a esta Assembleia Municipal a criação de um cartão municipal para famílias numerosas.

Em quarenta anos de democracia e do poder local é a primeira vez que se apresenta uma proposta com estas características. A verdade é que os problemas com a natalidade não são hoje iguais aos que eram há uns anos atrás. Hoje temos no país um forte problema de natalidade e ter preocupação pelas famílias com três ou mais filhos é de justiça social, independentemente dos rendimentos que têm.

O objetivo é demonstrar que há um incentivo ao aumento da natalidade e isso é independente de as famílias terem grande ou pequeno rendimento. O País, Chaves, precisa que haja mais nascimentos.

Apesar de estar a apresentar esta proposta hoje, já estamos a perceber que pode ser melhorada, nomeadamente para as famílias que têm dependentes portadores de deficiência. O objetivo é, dentro da esfera de competências, dar alguns benefícios às famílias com três ou mais filhos.

Usaram da palavra os seguintes deputados:

**Gisela Maria E. Espirito Santo** do **PS** – cumprimentou os presentes e disse que o Partido Socialista irá votar favoravelmente esta proposta.

O que consta neste regulamento parece-nos demasiado simplista, com medidas quase simbólicas que pouca ou nada contribuem para uma efetiva política de natalidade e pretendíamos ver aqui vertidas outro tipo de medidas, que de forma mais abrangente, mais fundamentada e de uma perspetiva temporal, de futuro, permitam promover a natalidade no nosso concelho.

De facto a criação de emprego seria uma prioridade e o facto de se entender Chaves como um Concelho de futuro, bem como a necessária fixação de jovens, seria fundamental para promover a natalidade. É de todos nós conhecida a sangria que se faz sentir diariamente, de jovens que saem do concelho e do país e as dificuldades em fixá-los aqui.

Estranhámos a oportunidade deste regulamento a três ou quatro dias das eleições legislativas. Gostávamos de ter visto as suas preocupações sociais numa fase anterior.

Pergunto se existe a perceção clara do número de famílias que tem três ou mais filhos e, eventualmente, se a avaliação da condição de recursos seria oportuna neste tipo de apoios e de incentivos que são atribuídos a estas famílias.

Nós precisamos de medidas que não sejam meramente paliativas, mas medidas que sejam sustentadas, de apoio à natalidade.





**Brigite Raquel Bazenga V. T. Gonçalves** do PS – disse que não haverá proposta de incentivo à natalidade e de apoio às famílias que não mereça o apoio do Partido Socialista e que o mesmo acontecerá com esta.

Este regulamento traduz uma noção de família que eu considero que é ideológica, conservadora e na qual o Partido Socialista não se revê.

O artigo 3º do regulamento diz que família numerosa é aquela cujo agregado familiar é composto de cinco ou mais elementos. Isto é: pai, mãe e três ou mais filhos dependentes. O Senhor Presidente da Câmara já referiu a necessidade de fazer algumas correções, nomeadamente na situação em que haja filhos portadores de deficiência. E as novas conjugalidades? E as famílias que não são compostas por um pai, uma mãe e três filhos? E as famílias monoparentais? E as novas relações em que ambos aportam para o novo casal filhos de relações anteriores? Não serão famílias numerosas e merecedoras de tal proteção?

A única coisa que este regulamento parece querer salvaguardar é que se mantém o apoio quando há separação, para o conje que fica com os filhos a cargo. O apoio pressupõe sempre uma relação de conjugalidade, quer seja de casamente quer seja de união de facto entre um homem e uma mulher e não é essa a noção estreita e conservadora de família e de família numerosa que o Partido Socialista preconiza.

O Senhor Presidente não quer falar das Legislativas mas não posso deixar de considerar paradoxal que mesmo antes de este incentivo ser aqui aprovado hoje, tenha sido publicamente anunciado na comunicação social.

Promover a natalidade com seriedade é tratar com dignidade quem está em idade ativa e de procriar, como é o meu caso que ainda posso vir a ter três ou mais filhos, seja em que condições forem. O que não aceito é que nos vendam, a meia dúzia de dias das eleições, no quadro demográfico, económico e fiscal que temos atualmente, uma proposta destas como incentivo à natalidade porque não resolve absolutamente nada.

Terminou dizendo que o Partido Socialista vai votar favoravelmente esta proposta.

**Ana Maria Rodrigues Coelho**, do PSD – disse ser pouco entendível que alguns membros desta Assembleia Municipal queiram que a descida do IMI seja imediata e estejam a reclamar por a medida de apoio agora em discussão ser imediata, apelidando esta proposta de eleitoralista.

Ao contrário do que foi dito, a Ação Social tem sido uma área prioritária de intervenção do Município de Chaves, facilmente comprovada pelo seu peso nas Grandes Opções do Plano, bem como pelas diversas iniciativas desenvolvidas, como sejam: o financiamento de refeições e transportes escolares, a habitação social, as bolsas para estudantes de ensino superior, entre outras.

A proposta agora apresentada para o “Cartão Municipal Família Numerosa” é não só uma iniciativa destinada à melhoria das condições de vida das famílias mais numerosas, como também, um incentivo à natalidade e à fixação de população no concelho.

O leque de apoios proposto é diversificado, abrangendo algumas das áreas mais sensíveis para as famílias numerosas, e que afetam particularmente o orçamento familiar e conseqüentemente o seu nível de vida, como sejam as despesas de educação, saúde e transporte. De entre as vantagens incluídas no Cartão Família numerosa destacamos:



- a) Redução nas entradas em museus e atividades organizadas pelo município, nomeadamente: eventos culturais, desportivos, recreativos e campos de férias;
- d) Isenção total de taxas municipais associadas à utilização de equipamentos desportivos;
- e) Redução (30%) e /ou isenção do valor a pagar pelos serviços de refeições, para as crianças titulares do Cartão Municipal da Família Numerosa, que frequentem o ensino pré-escolar e o 1º ciclo de escolaridade públicos;
- f) Redução (50%) e/ou isenção no pagamento dos encargos com os serviços de prolongamento de horário, no âmbito dos direitos de assistência à família;
- g) Comparticipação anual de 30%, na aquisição de livros escolares adotados e obrigatórios, condicionada à aprovação/transição de ano obrigatória;
- h) Redução, em 50%, no fornecimento de fotocópias, pelo serviço da Biblioteca Municipal, desde que as mesmas se destinem a fins didáticos e culturais;
- i) Atribuição de um passe mensal gratuito nos TUC- Transportes Urbanos de Chaves;
- j) Isenção, no âmbito de alguns tratamentos termais proporcionados pelo balneário termal;
- k) Beneficiação do regime de tarifas especiais de consumo de água estabelecido, pela CMC, para as famílias numerosas;

O Grupo Municipal do PSD entende que seria também oportuno, numa futura revisão ao regulamento, tornar este cartão extensível às famílias com filhos portadores de deficiência, independentemente do número de filhos do agregado familiar, considerando o peso que este tipo de dependentes representa para os respetivos orçamentos familiares e para o nível de vida das respetivas famílias.

Portugal é o país da União Europeia com menor índice de natalidade (1,2 filhos por casal) e o 6º país mais envelhecido do mundo. Os cenários que conhecemos a 50 anos são verdadeiramente ameaçadores. Segundo projeções do INE, Portugal será em 2060 um país de 7 milhões de pessoas. As mais pessimistas apontam para valores mínimos de 6,3 milhões de habitantes.

Reconhecemos hoje que é um imperativo colocar a natalidade no centro da agenda política em Portugal e, mais do que isso, implementar um conjunto de medidas eficaz de incentivo à natalidade e de apoio familiar nos programas governativos. Ao nível local, no seu território de influência, o Município de Chaves e o seu Executivo comprometem-se com esta medida, em conceber, desenvolver, aperfeiçoar e implementar, uma política local pró-natalidade e amiga das famílias, em particular das famílias numerosas. Uma política com efeitos no aumento da natalidade, na qualidade de vida, na conciliação da vida profissional com a vida familiar e na coesão social.

Entende por isso o Grupo Municipal do PSD, votar favoravelmente a proposta apresentada pelo Município.

**O Senhor Presidente da Câmara** respondeu às questões colocadas.

Esta medida não tem nada a ver com o quadro eleitoral que estamos a viver. Estamos a preparar o Orçamento para 2016 e dado que esta medida tem reflexos nesse instrumento de gestão tem de ser incluída nos respetivos documentos porque envolve valores, por muito insignificantes que possam vir a ser.

A Senhora deputada Brigitte tem razão quando referiu que a redação do regulamento em análise não tem a melhor leitura e tem de ser melhorada. É impensável que



alguém solteiro e que queira adotar três filhos, não seja considerado família numerosa. É com certeza considerada família numerosa.

*Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.*

### **PONTO 11 - CONCESSÃO DE REGALIAS SOCIAIS AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO MUNICÍPIO CHAVES. PROPOSTA Nº 101/GAP/2015;**

**O Senhor Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta, dizendo que também esta proposta pode ser considerada eleitoralista, pelo momento da sua apresentação, mas não o é. Se a tivesse apresentado noutra altura diriam exatamente a mesma coisa. Também não acredito que estas propostas que hoje sejam aqui aprovadas venham a ter alguma influência nas eleições legislativas de 4 de outubro.

Em 2016 vamos celebrar o quadragésimo aniversário do Poder Local. Temos no nosso Concelho corporações de bombeiros, centenárias (uma) e nunca ninguém se lembrou de olhar para estas pessoas – homens, cidadãos em concreto. Até hoje a preocupação de todos os executivos municipais foi de olhar para a Corporação/Associação e, ao longo dos anos tem sido concedidos subsídios de capital para melhorar os quartéis, para adquirir equipamento, para garantir o funcionamento. Com o homem/mulher que se sacrifica em prol dos demais, muitas vezes com prejuízo da própria vida, nunca houve preocupação.

O facto de ter feito parte dos executivos dos mandatos anteriores, como Vereador, de que muito me orgulho, não me inibe de neste mandato e enquanto Presidente da Câmara, ter uma visão um pouco mais global da governação do Concelho. Por isso tenho uma leitura e uma dimensão diferente do que é governar o Município e se aos poucos vou detetando a existência de situações que podemos beneficiar, cabe-me procurar soluções para o conseguir.

Tal como a proposta anterior esta provavelmente também é ainda insuficiente, mas é um princípio que nos vai levar a refletir mais para que no final de um ano de aplicação, possamos melhorá-las e à medida que as condições financeiras da Autarquia o forem permitindo, também podemos melhorar as prestações sociais.

A preocupação não é ainda para incentivar o voluntariado porque em Chaves temos voluntariado suficiente. Temos 182 bombeiros do quadro ativo, número suficiente para as nossas necessidades. Mas no futuro esta medida pode servir e servirá, certamente, de estímulo ao voluntariado.

Não houve intervenções

*Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.*

### **PONTO 12 – PROPOSTAS:(I)ALTERAÇÃO DA DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO HISTÓRICO DE CHAVES, APROVADA POR DELIBERAÇÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL EM REUNIÃO DE 21 DE JANEIRO DE 2013.**

**O Senhor Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta.

Acabei de receber uma informação dos Serviços a dizer que a candidatura ao PEDU foi submetida com sucesso via on line. Esta candidatura pressupõe uma alteração à



área de reabilitação urbana para incorporar toda a zona do Tabolado, incluindo as Piscinas Municipais, a faixa das Longras onde se localiza o Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso, a Canelha das Longras e o espaço que em tempos serviu de parque de estacionamento. O objetivo é fazer a reabilitação e ampliação da Piscina Municipal.

Não houve intervenções

*Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.*

### **PONTO 13 – REVISÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO. PROPOSTA N.º 99/GAP/2015;**

**O Senhor Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta.

A alteração ao Regulamento decorre de uma alteração legislativa ocorrida em 2014. É um documento essencialmente técnico.

Não houve intervenções

*Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.*

### **PONTO 14 – REVISÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DO MUNICÍPIO DE CHAVES. PROPOSTA N.º 102/GAP/2015;**

**O Senhor Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta.

A alteração ao presente regulamento decorre de uma alteração legislativa. A última alteração legislativa produzida sobre esta matéria é muito liberal e permitia que os estabelecimentos pudessem estar abertos vinte e quatro horas por dia. O executivo não o entende assim. Em propostas anteriormente aprovadas foi manifestada a vontade de estimular a habitação no Centro Histórico, mas a vivência habitacional nesta zona é incompatível com o funcionamento dos bares 24 horas por dia.

Esta proposta de Regulamento é mais restritiva em relação à anterior que era mais permissiva. Com esta proposta não é permitido que os bares localizados a 50m de casas habitadas estejam abertos para além das 24 horas, nos dias de semana. Isto para conferir o necessário sossego às famílias que residem no Centro Histórico.

Este Regulamento esteve em discussão pública e ao contrário do que é habitual houve uma significativa participação quer de associações, quer de cidadãos, a título individual. De uma maneira geral fomos de encontro às sugestões apresentadas e entendemos que é um documento equilibrado, que permite uma vivência saudável no Centro Histórico

Usaram da palavra os seguintes deputados:

**Márcia Cristina de Jesus Teixeira** do **PSD** – disse que foi necessária a adequação do Regulamento Municipal ao Decreto-Lei nº 10/2015, de 16 de janeiro, porque o seu artigo 1º diz que todos os estabelecimentos comerciais passam a ter funcionamento livre.

No entanto este Decreto-lei vem descentralizar e atribuir competências às autarquias para restringir estes mesmos funcionamentos desde que tenham por base critérios relacionados com a proteção da qualidade de vida dos cidadãos, respeitando sempre a legislação laboral e de ruído.



A Autarquia entendeu, e bem, balizar alguns horários, restringindo-os por forma a evitar episódios de perturbação da segurança pública, garantindo o direito ao descanso dos moradores, com especial ênfase na zona do Centro Histórico. Se consultarem o Regulamento verificam que a Câmara Municipal subdividiu estes estabelecimentos comerciais em quatro grupos, cada um deles com horários adaptados às suas atividades.

De acordo com o regulamento a Câmara Municipal, em determinadas situações também tem competência quer para alargar, quer para restringir estes mesmos horários, cumprindo as regras.

Terminou dizendo que o Grupo Municipal do PSD vai aprovar a proposta de forma inequívoca.

*Posta à votação a Proposta foi aprovada com 54 votos a favor, 1 abstenção e zero votos contra. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.*

### **PONTO 15 – ABERTURA DE PROCEDIMENTO E APROVAÇÃO DO PROGRAMA DE CONCURSO E CADERNO DE ENCARGOS DO AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES, PARA CONSULTA DE FORNECEDORES NO ÂMBITO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICAS ÀS INSTALAÇÕES DO MUNICÍPIO (EDIFÍCIOS E ILUMINAÇÃO PÚBLICA);**

**O Senhor Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta dizendo que vem a este Órgão porque o concurso é aberto pela Associação de Municípios do Alto Tâmega e compete à Assembleia Municipal aprovar o Programa de Concurso e o Caderno de Encargos.

**Deputado Nuno Vaz Ribeiro do PS** – usou da palavra para perguntar se em vez de vir à Assembleia Municipal a decisão de abrir procedimento e de aprovar as peças concursais, não devia ter vindo antes a autorização dos compromissos plurianuais, dado que esta é uma competência da Câmara?

Em meu entender é competência da Câmara a abertura de qualquer concurso, independentemente do valor. Já são competência da Assembleia Municipal matérias que tenham a ver com contratos que tenham efeitos plurianuais.

**O Senhor Presidente da Câmara** respondeu.

Disse que a repartição dos encargos com o fornecimento de energia elétrica por mais de um ano económico, já tinha sido autorizada numa sessão anterior da Assembleia Municipal. O que vem hoje para aprovação é o Programa de Concurso e o Caderno de Encargos, que tem custos e embora não sejam assumidos pela Câmara são assumidos por uma entidade terceira. Daí o entendimento de a proposta vir a sancionamento da Assembleia Municipal.

*Posta à votação a Proposta foi aprovada com 45 votos a favor, 9 abstenções e zero votos contra. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.*

**O senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro** apresentou a seguinte declaração de voto: “A bancada do Partido Socialista entende que a matéria deste ponto da ordem de trabalhos não é da competência desta Assembleia, mas sim da competência da Câmara Municipal, daí a nossa abstenção”.

### **PONTO 16 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E**



**CONSERVAÇÃO DE ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS E ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS. ARTIGO 75º DA LEI 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO. - RECOLHA DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS. INFORMAÇÃO Nº175/DAR/2015;**

**O Senhor Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta.

Disse que se trata de obter a devida autorização para assunção de compromissos plurianuais.

Ainda relativamente ao ponto anterior disse que a proposta demonstra o espírito solidário do que é viver numa Comunidade Intermunicipal. A Câmara Municipal de Chaves, dada a sua dimensão populacional e o seu consumo de energia teria, certamente, ganhos significativos se fosse a concurso em separado. Mas viver em comunidade municipal não é importante apenas quando podemos ter proveitos. Também o é mesmo que nos acarrete algum prejuízo.

Não houve intervenções

*Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.*

**PONTO 17 – CONCURSO PÚBLICO PARA CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE DESTINADO À CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO, INSTALAÇÃO, EXPLORAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UM "CENTRO HÍPICO", NA QUINTA DO REBENTÃO, VILA NOVA DE VEIGA, FREGUESIA DE S. PEDRO DE AGOSTÉM, NO CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA Nº 107/GAP/2015;**

**O Senhor Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta.

Esta proposta tem em vista valorizar a Quinta do Rebentão. Esta propriedade foi adquirida pelo executivo do Senhor Eng.º Manuel Branco Teixeira, com o objetivo de instalar ali o Parque de Campismo. Os sucessivos executivos municipais, foram ali instalando diversos equipamentos, ao longo dos anos, nomeadamente o Parque de Campismo, as Piscinas Municipais Lúdicas e o Parque Biológico, ficando disponível uma vasta área que pode ser valorizada.

Entretanto foi constituída em Chaves uma Associação que pretende instalar um Centro Hípico em Chaves. Para o efeito pediu à Câmara Municipal a cedência de um espaço para promover a prática do turismo equestre, modalidade com ligação à natureza, à paisagem e aos animais, perfeitamente compatível e até complementar com as já ali existentes, para além de poder ser aplicada a terapia específicas e muito importantes.

Depois de aprovado a proposta será aberto concurso público e esta Associação e outras poderão apresentar as suas candidaturas.

Não houve intervenções.

*Posta à votação a Proposta foi aprovada unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.*

**PONTO 18 – CONCURSO PÚBLICO PARA CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE DESTINADO À CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO, INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE UM "PARQUE AVENTURA", NA QUINTA DO REBENTÃO, VILA NOVA DE VEIGA, FREGUESIA DE S. PEDRO DE AGOSTÉM, NO CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA Nº 104/GAP/2015;**

**O Senhor Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta.



Subjacente à proposta anterior e também a esta há um direito de superfície de 50 e 30 anos, respetivamente. A diferença do período em anos, para concessão do direito de superfície tem a ver com o volume de investimento.

Temos ali uma grande área disponível e existem pessoas interessadas em instalar no local um “Parque Aventura” recorrendo a fundos comunitários disponíveis para este tipo de investimentos, através do Programa PROVER.

Ambas propostas implicam investimentos que irão potenciar a prática de atividades de turismo de natureza e aventura com a instalação de estruturas que vão promover turisticamente o concelho e em particular o complexo do “Rebentão”, para além da criação de postos de trabalho, daí resultantes.

Usaram da palavra os seguintes deputados:

**Manuel Justino Matos Cunha da CDU** – perguntou se a instalação destes equipamentos não interfere com a área do Parque Biológico.

Disse ainda que havia um projeto de um centro com animais, para reabilitação de crianças autistas e seria importante que estes equipamentos pudessem dar apoio nessa área, em articulação com o hospital e com a medicina física de pediatria. Esse projeto não avançou ainda por não haver um centro hípico creditado para esse efeito.

**Nuno Vaz Ribeiro do PS** – disse que a bancada do Partido Socialista se congratula com estas propostas e os seus sinceros votos é que qualquer uma delas possa ter sucesso, no sentido de serem adjudicadas e serem feitos os respetivos contratos; que depois de assinado os respetivos contratos possam ter viabilidade e se mantenham muito tempo em atividade porque as mais-valias e os impactos positivos que daí podem advir, são relevantes.

Fazemos votos para que essas iniciativas tenham sucesso a curto prazo, que sejam compatíveis com o espaço “Quinta do Rebentão” e sejam motivo de mais atratividade e de captação de turismo e de pessoas para o nosso Concelho.

**O Senhor Presidente da Câmara** respondeu ao Senhor deputado Manuel Cunha que a área biológica será aumentada, com a inclusão de duas encostas localizadas na envolvente do Parque de Campismo que neste momento não estão a ser aproveitadas. Isso vai permitir aumentar a área onde estão os gamos, que se têm reproduzido a bom ritmo e a população aumentou consideravelmente.

O centro Hípico terá a finalidade de ajudar pessoas.

*Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.*

### **PONTO 19 – GESTÃO E VALORIZAÇÃO DE ÓLEOS ALIMENTARES USADOS (OAU). INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 19/DAF/AMB/2015;**

**O Senhor Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta

Este ponto destina-se à abertura de um concurso para a recolha, gestão e valorização de óleos alimentares usados, em oleões. Decorre da Lei a obrigatoriedade dos municípios fazerem essa recolha.

Estamos a desenvolver uma experiência piloto, que envolve uma entidade privada. Essa entidade tem uma unidade de valorização de óleos alimentares usados e está a fazer essa recolha.



No documento em análise propõe-se a abertura de concurso para adjudicação de concessão de uso privativo do espaço do domínio público municipal, para colocação de contentores destinados à recolha e valorização de óleos alimentares usados.

Não houve intervenções

*Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.*

**PONTO 20 – CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS DEVIDAS PELO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÃO ATUALIZADA SOBRE A REDE RODOVIÁRIA DO CONCELHO DE CHAVES – INSTITUTO DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES, I.P. – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. DE 01.09.2015;**

O Senhor Presidente da Câmara informou que o Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres solicitou à Câmara Municipal determinados elementos da cartografia do Município. A Câmara entendeu fornecer esses dados, sem cobrar a correspondente taxa, que importava no valor de 577,49€. É competência da Assembleia Municipal autorizar a isenção das taxas municipais devidas para fornecimento de serviços, razão pela qual este assunto é trazido a este Órgão.

Não houve intervenções.

*Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.*

O Senhor Presidente da Mesa depois de esgotados os assuntos da respetiva agenda, deu como encerrados os trabalhos da presente sessão, às vinte horas e quinze minutos, de que para constar foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Mesa e subscrita por mim, Maria das Graças Alves, que a redigi e também assino.

O Presidente, \_\_\_\_\_

A Funcionária \_\_\_\_\_